

MUNICÍPIO DE MOGADOURO



# RELATÓRIO E CONTAS 2017



Município de  
**Mogadouro**



**MUNICÍPIO DE MOGADOURO**

**DOCUMENTOS**

**DE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**RELATIVOS**

**AO**

**ANO FINANCEIRO DE 2017**

Aprovado pela Câmara Municipal Em <u>10</u> de <u>abril</u> de 2018	Aprovado pela Assembleia Municipal Em ___ de _____ de 2018
---	--

*Município de Mogadouro*

*Câmara Municipal*

# Relatório de Gestão

*do ano de 2017*

*APROVAÇÕES*

*Câmara Municipal*

*Em 10 de abril de 2018*

*Assembleia Municipal*

*Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018*



**ÍNDICE**

I – ENQUADRAMENTO LEGAL -----	2
II – LINHAS DE INTERVENÇÃO -----	5
1 - Educação e cultura -----	5
2 - Saúde e qualidade de vida -----	8
3 - Desporto -----	8
4 - Ação Social -----	9
5 - Segurança -----	9
6 - Atração e dinamização da iniciativa empresarial -----	10
III – QREN e Portugal 2020 -----	10
IV – GESTÃO FINANCEIRA -----	12
1.    Análise da Execução Orçamental 2017 -----	17
1.1.    RECEITA -----	18
1.1.1. Execução Orçamental da Receita -----	18
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal -----	20
1.2.    DESPESA -----	32
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa -----	32
1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal -----	37
1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos -----	53
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos -----	56
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal -----	57
2.    Endividamento -----	61
3.    Despesas com o Pessoal -----	65
4.    Poupança Corrente -----	65
V – ANÁLISE PATRIMONIAL -----	66
1.    Evolução da Situação económica e Financeira -----	66
1.1. Análise ao Balanço -----	67
1.2. Análise à Demonstração de Resultados -----	72
Proposta de Aplicação dos Resultados -----	76
Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados -----	77

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin, including a large '93', a checkmark, and several illegible signatures.



## **I - Enquadramento Legal**

*No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2017, pelo que o órgão executivo submete à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2017.*

*Porém, tendo em vista o controlo político, a competência para elaboração da prestação de contas nas autarquias locais é do órgão executivo colegial das autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) conforme previsto na alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional pelo Tribunal de Contas estabelecido na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC), e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central.*

*A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está também patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.*

*O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de Contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.*

*Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001*



*- Instru es n.  01/2001 - 2.  S - Instru es para a organiza o e documenta o das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no D.R. II.  Serie, n.  191, de 18/08/2001 com as altera es introduzidas pela Resolu o n. 6/2013-2.  Sec o, publicada no D.R. 226 em 21 de Novembro de 2013.*

*O Relatório de Gestão   um instrumento importante no diagnóstico e avalia o da evolu o da atividade do Município, não são porque a sua fun o   facultar a leitura dos indicadores econ micos e financeiros em rela o ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prosseca o dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e delibera es dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprova o dos Documentos Previsionais.*

*O presente documento   elaborado   luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os m nicipes em geral sobre os seguintes indicadores:*

- A execu o orçamental, reportando o nível de execu o orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente   proposta de execu o orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avalia o do grau de concretiza o das Grandes Op es do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;*
- A situa o econ mica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolu o da gestão dos*

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin, including a large '9', a signature, and several arrows pointing towards the main text.



*diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;*

- *A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;*
- *A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;*
- *A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;*
- *Finalmente e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.*

*De acordo com o estabelecido no POCAL, a análise aos indicadores atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:*

*- Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.*

*- Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2017, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação. Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada*



*apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:*

- *Balanço;*
- *Demonstração dos resultados;*
- *Mapas de execução orçamental:*
  - *da Receita;*
  - *da despesa;*
  - *das Grandes Opções do Plano.*
- *Mapa de fluxos de caixa;*
- *Mapa de operações de tesouraria;*
- *Anexos às demonstrações financeiras;*
- *Notas ao balanço e à demonstração dos resultados;*
- *Caracterização da entidade;*
- *Relatório de Gestão;*
- *Certificação Legal de Contas.*

*Do Relatório de Gestão consta ainda um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2017.*

## **II – Linhas de Intervenção**

### **1 – Educação e Cultura**

*A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) pretende ser um "organismo vivo", um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e deste modo, através do seu Serviço de Extensão Cultural, promove, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias. Neste sentido, realizam-se, na Biblioteca Municipal diversas e variadas atividades: Horas do Conto,*





*Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, Ateliês de Expressão Plástica, Visitas Guiadas, Exposições e Mostras Bibliográficas, Apresentações de Livros, Encontros com Escritores, Formações Diversas, Leituras seniores, entre outras.*

*No ano de 2017, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) foi visitada por 14.118 (catorze mil cento e dezoito) Utilizadores/Leitores, concretizou 165 (cento e sessenta e cinco) atividades, realizou 2.891 (dois mil oitocentos e noventa e um) pedidos de empréstimo domiciliário e adquiriu diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de 5.440,34 € (cinco mil quatrocentos e quarenta euros e trinta e quatro cêntimos).*

*Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, muito informada.*

***Ainda nesta área:***

- Apoiamos a apresentação de vários livros;*
- Realizamos mais uma edição da Feira do Livro;*
- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular;*
- Continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes com patrocínio da Universidade júnior;*
- Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares, equipamentos escolares e pessoal não docente;*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



- *Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
- *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
- *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*
- *Promovemos os espetáculo de teatro "Infeção" e "Animália";*
- *Organizamos as Comemorações do 25 de abril e das amendoeiras em flor onde se inserem o IX BTT e a XV prova do Circuito Nacional de Montanha;*
- *Desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como dia Mundial da Criança, o concerto de Natal, o Concurso de Presépios, o V encontro de máscaras, o XV encontro de anciãos e IX Encontro dos Cantares dos Reis;*
- *Promovemos a IX Semana Gastronómica Micológica e a II Feira de Cogumelos e Produtos Locais;*
- *Organizamos várias exposições como "Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares", "Natureza", "Uma identidade Trasmontana (Máscaras)", "Património a Carvão" e "Da azeitona ao azeite"*
- *Patrocinamos mais um concurso de Bovinos de Raça Mirandesa*
- *Comemoramos os 10 anos das Oficinas de música do Município com o Concerto 10 anos - 100 músicas;*
- *Organizamos mais um festival da Terra Trasmontana;*
- *Patrocinamos o 13.ª Montaria da casa da R. T.P.;*



- *Participamos no encontro de Música Dança Tradicional Trasmontana, na Bolsa de Turismo de Lisboa, no festival da Máscara Ibéria em Lisboa e em Siero nas Astúrias.*

## **2 – Saúde e Qualidade de Vida**

- *Concretizámos o programa de Ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens através das Férias de Natal em Movimento,*
- *Procedemos a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 66 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo;*
- *Fizemos 234 deslocações ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de 932 consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, sendo que muitos destes transportes repetem a mesma pessoa;*
- *Promovemos aulas de dança e de música através da contratação de empresas da especialidade, culminada com o Festival de danças de Salão;*
- *No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social;*
- *Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;*
- *Realizaram-se ações de sensibilização/educação para a saúde sob os temas "Hábitos de Higiene" e "Organização e limpeza dos espaços domésticos".*

## **3 – Desporto**

- *Organizamos a Gala do Desporto;*



- *Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;*
- *Realizamos o torneio de futebol inter aldeias;*
- *Promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade;*
- *Apoiamos os passeios pedestres organizados nas diversas freguesias*
- *Organizamos mais um Red Burros Fly-In.*

#### **4 – Ação social**

- *Promovemos mais uma edição da Feira Social que registou um maior volume de vendas relativamente ao ano anterior e que teve 15 entidades envolvidas e cerca de 400 visitantes;*
- *Apoiamos 6 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de 3 famílias com dificuldades financeiras com grandes reparações nas suas casas;*
- *Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia e Cruz Vermelha através da celebração de protocolos;*
- *Foram atribuídos 43 cabazes de Natal a famílias mais carenciadas.*

#### **5 – Segurança**

- *Mantemos o apoio e o acompanhamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;*
- *Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;*



- *Continuámos a acompanhar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na promoção dos direitos da criança e na prevenção do risco.*
- *Apoiamos e participamos no dia da unidade da Guarda Nacional Republicana.*

#### **6 - Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial**

- *Atribuímos de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal, para apoio à criação/manutenção de postos de trabalho, subsídios a criação de 30 novos postos de trabalho;*
- *Continuámos a apostar na organização e/ou apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e na promoção dos produtos locais, nomeadamente através da Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, que além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de expositores dos mais variados e longínquos locais do país.*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação.*

### **III – QREN E PORTUGAL 2020**

#### **ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

*No ano de 2017 foram registados movimentos relativos ao fecho de algumas candidaturas ao abrigo do QREN 2007/2013, mas também alguns relativos ao novo Quadro Portugal 2020.*

*O quadro que se segue reflete os montantes apresentados e aprovados para o Município de Mogadouro, nos diversos programas que tiveram execução ou ainda não estão concluídos.*

Data	Programa	Designação	Valor Elegível	Comparticipação
15/06/2015	POCTEP	Cilindro e Trator	114.350,00 €	85.762,50 €
30/06/2015	FRONTECO	Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	140.000,00 €	105.000,00 €
19/12/2016	NORTE 2020	Casa das Associações/Antigo edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	282.936,43€	240.495,97€
27/09/2016	NORTE 2020	Requalificação e modernização das instalações da escola básica e secundária de Mogadouro	300.000,00€	255.000,00€
07/07/2017	Baixo Sabor	Espaço Mais - Mogadouro apoia inclusão social	40.000,00€	36.000,00€
20/10/2016	NORTE 2020	Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro	91.635,00€	91.635,00€
07/07/2017	Baixo Sabor	Repavimentação da E.M.593 entre Valverde e Meirinhos	270.234,40€	243.210,96€
20/10/2016	NORTE 2020	Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	157.202,50€	131.702,90€
04/01/2016	IFAP	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	101.264,79€	86.075,07€
23/05/2017	Fundo Ambiental	Aquisição de uma viatura elétrica e ponto de carregamento	38.777,00€	19.388,50€
24/08/2015	ON 2	Loteamento Industrial de Mogadouro - III Fase	1.266.831,33€	1.076.806,63€
<b>Totais</b>			<b>2.803.231,45 €</b>	<b>2.371.077,53 €</b>

*Assim, no final do ano 2017, o Município de Mogadouro, tinha aprovado no âmbito de Fundos Comunitários, um envelope FEDER de 2.371.077,53 €, o que correspondia a um volume de investimento de 2.803.231,45 €.*

*Destas candidaturas, no final de 2017, algumas delas estavam física e financeiramente concluídos, e conforme o constante no mapa que se segue, algumas ainda não obtiveram qualquer pagamento por parte das entidades financiadoras. O mapa contém também os valores totais pagos e saldos por*

*pagar, relativamente a todos os projetos que aguardam o fecho das mesmas pelas entidades competentes ou que ainda se encontram em execuçāo.*

<i>Projetos</i>	<i>Valor Pago</i>	<i>Saldo</i>
Loteamento Industrial de Mogadouro - III Fase	804.607,97€	272.198,66€
Cilindro e Trator	81.555,72€	4.206,78€
Pavimentaçāo do Castelinho à Zona Industrial	21.000,00€	84.000,00€
Casa das Associaçōes- Antigo Banco Pinto & Sotto Mayor	63.517,05€	176.978,92€
Repavimentaçāo da E.M.593 entre Valverde e Meirinhos	112.034,06€	131.176,90€
Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos a abióticos ou por acontecimentos catastróficos	0,00€	86.075,07€
Requalificaçāo e modernizaçāo das instalaçōes da escola básiica e secundária de Mogadouro	0,00€	255.000,00€
Espaço Mais - Mogadouro apoia inclusāo social	0,00€	36.000,00€
Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro	0,00€	91.635,00€
Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	0,00€	131.702,90€
Aquisiçāo de uma viatura elétrica e ponto de carregamento	0,00€	19.388,50€
<b>TOTAIS</b>	<b>1.082.714,80€</b>	<b>1.288.362,73€</b>

*De acordo com o quadro supra, podemos constatar que a maioria das candidaturas ainda nāo tem execuçāo, pelo que á data de 31/12/2017, o Município de Mogadouro tem a receber por parte das entidades financiadoras, o valor de 1.288.362,73 euros.*

#### **IV - GESTÃO FINANCEIRA**

##### **Principais indicadores da Gestāo Orçamental**

*O orçamento apresenta a previsāo anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das consideraçōes técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboraçāo, estā sempre sujeito a correçōes pelo impacto financeiro de situaçōes nāo previstas.*

*Nos termos do ponto 8.3.1 das considerações técnicas atrás citadas, essa é uma faculdade que pode assumir a forma de alteração que pode incluir reforços de dotações de despesas em contrapartida de diminuições ou anulações de outras dotações, ou revisão orçamental, que dando origem ao aumento global da despesa prevista, implica sempre uma revisão ao orçamento.*

*Com a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, foram introduzidas alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, surgiram novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas. Esta lei (LCPA) representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental, na medida em que ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, o que veio a reduzir consideravelmente o risco orçamental porque faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, ou seja, se o orçamento municipal estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.*

*Por outro lado, também os encargos da dívida transitada de exercícios anteriores além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.*

### **RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**



g.g.  
 ↑  
 Jm  
 Qm  
 ~~~~~  
 D



O mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria, evidenciando também os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e eleitos locais em regime de permanência relativas a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Sindicatos e outros, cujos valores são entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais, bem como os valores retidos em dinheiro referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos e empreitada, tratando-se portanto de entradas e saídas de fundos, feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.

Pela análise do mapa seguinte, pode constatar-se que o Fluxo de Atividades Financeiras é positivo (diferença entre a receita corrente e a despesa corrente) em 2.413.504,68 euros. Também na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o ano de 2017, foi superior às receitas de capital verificando-se assim que o Fluxo de Atividades de Investimento registou um superavit de 3.162.542,25 euros, o que reflete o financiamento de parte do investimento, com a poupança corrente.

| <i>Recebimentos</i>            |                        | <i>Pagamentos</i>              |                        |
|--------------------------------|------------------------|--------------------------------|------------------------|
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR     | <b>3.043.633,90 €</b>  | DESPESAS ORÇAMENTAIS           | <b>13.656.536,03 €</b> |
| Execução Orçamental            | 2.571.486,50 €         | Correntes                      | 9.262.939,37 €         |
| Operações de Tesouraria        | 472.147,40 €           | Capital                        | 4.393.596,66 €         |
| <b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>    | <b>12.907.498,46 €</b> | <b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b> | <b>574.619,70 €</b>    |
| Correntes                      | 11.676.444,05 €        | SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE | <b>2.351.883,00 €</b>  |
| Capital                        | 1.229.818,15 €         | Execução Orçamental            | 1.822.448,93 €         |
| Outras                         | 1.236,26 €             | Operações de Tesouraria        | 529.434,07 €           |
| <b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b> | <b>631.906,37 €</b>    |                                |                        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>16.583.038,73 €</b> | <b>TOTAL</b>                   | <b>16.583.038,73 €</b> |

*[Handwritten signature]*



*O saldo da execução orçamental e das operações de tesouraria é de 2.351.883,00 euros, o que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2017. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2018 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.*

*Como se pode verificar no mapa supra, o valor dos fluxos financeiros totaliza 16.583.038,73€. Foram efetuados pagamentos no valor de 13.656.536,03€, desagregados em despesas correntes 9.262.939,37 euros, e despesas de capital 4.393.596,66 euros. Por outro lado, o valor dos recebimentos totalizou 12.907.498,46 euros, acrescidas do saldo transitado da gerência anterior no valor de 3.043.633,90 euros. O valor das receitas correntes foi de 11.676.444,05 euros, enquanto as receitas de capital totalizaram 1.229.818,15 euros. De realçar o valor transitado para o ano de 2018 no valor de 2.351.883,00 euros, sendo que 1.822.448,93 euros são orçamentais e 529.434,07 euros, são de operações de tesouraria.*

*A título de Operações de Tesouraria foram recebidos, durante o ano de 2017, 631.906,37€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 472.147,40€. Saíram 574.619,70€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 529.434,07€.*

### **COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO**

*A comparação entre o valor orçamentado e o valor executado, refletido no mapa infra, permite aferir a concretização das previsões realizadas durante o ano de 2017 bem como os respetivos desvios.*

*Destaca-se a excelente execução da Receita Corrente com uma taxa de 99,5%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 67,2%. Já a Despesa, tendo*



em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 92,5% na corrente e 71,8% na de Capital.

| CAPÍTULOS       | Previsão Inicial       | Previsão Final         | Execução               | Taxa de Execução % |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|--------------------|
| <b>RECEITAS</b> |                        |                        |                        |                    |
| Correntes       | 11.734.811,00 €        | 11.734.811,00 €        | 11.676.444,05 €        | 99,50%             |
| Capital         | 5.827.069,00 €         | 1.828.939,86 €         | 1.229.818,15 €         | 67,20%             |
| Outras          | 0,00 €                 | 2.572.129,14 €         | 2.572.722,76 €         | 100,00%            |
| <b>TOTAL</b>    | <b>17.561.880,00 €</b> | <b>16.135.880,00 €</b> | <b>15.478.984,96 €</b> | <b>95,90%</b>      |
| <b>DESPESAS</b> |                        |                        |                        |                    |
| Correntes       | 9.917.247,00 €         | 10.017.247,00 €        | 9.262.939,37 €         | 92,50%             |
| Capital         | 7.644.633,00 €         | 6.118.633,00 €         | 4.393.596,66 €         | 71,80%             |
| <b>TOTAL</b>    | <b>17.561.880,00 €</b> | <b>16.135.880,00 €</b> | <b>13.656.536,03 €</b> | <b>84,60%</b>      |

A receita apresentou uma taxa de execução total de 95,90% correspondente ao valor de 15.478.984,96 euros no qual estão incluídos 2.571.486,50 euros do saldo da gerência anterior, sendo assim cumprido o objetivo de uma taxa de execução mínima de 85% da receita prevista no orçamento, conforme definido na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (LFL).

O Orçamento para 2017 apresentava um valor de 17.561.880,00€ para a dotação inicial prevista, sendo o valor para a dotação final alterado para 16.135.880,00€, da qual 11.734.811,00€ correspondia a receitas correntes, 1.828.939,86€ a receitas de capital e 2.572.129,14€ a outras receitas, resultante de revisão ao orçamento pela inclusão do saldo do ano anterior.

As alterações no valor global do orçamento da despesa, ocorridas ao longo do ano, fixaram os valores das despesas correntes em 10.017.247,00 € e o das despesas de capital em 6.118.633,00 euros.

## **MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**



*Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.*

*Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas duas revisões ao Orçamento da Receita e 22 alterações ao Orçamento da Despesa, das quais 2 revisões.*

*Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos sofreu ao longo do ano, uma revisão e 17 alterações, e o Plano de Atividades Municipais, 1 revisão e 18 alterações.*

*O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 16.135.880,00€, dos quais foram cabimentados 15.765.918,60€, comprometidos 15.742.258,46€ e faturados 13.711.642,84€. Destes foram pagos 13.656.536,03€.*

### **1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017**

*A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2017, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas em 2017, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.*

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



*De forma a avaliar a execução do orçamento, segue-se uma análise às rubricas mais significativas quer da receita, quer da despesa.*

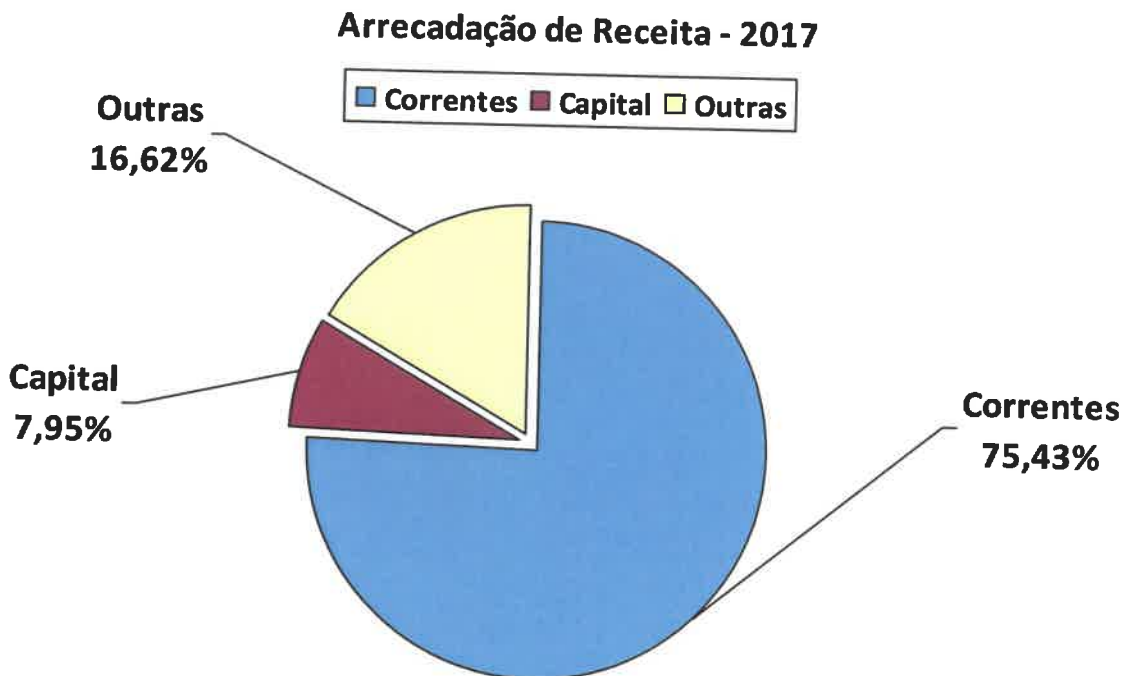
### **1.1. RECEITA**

*As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em Receitas Correntes e Receitas de Capital, em obediência ao disposto no classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.*

*A classificação económica das receitas, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.*

#### **1.1.1. Execução Orçamental da Receita**

*Como atrás referido, o montante de Receita arrecadada durante o ano de 2017, ascendeu a 15.478.984,96€, correspondendo o montante de 11.676.444,05€, a receita corrente, o montante de 1.229.818,15€, a receita de capital e 2.572.722,76€ a outras receitas, onde está incluído o saldo da gerência anterior.*





A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.

Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

**Receitas - 2016**

| Natureza     | Previsão Inicial       | Previsão Final         | Execução               | Taxa de Execução % |
|--------------|------------------------|------------------------|------------------------|--------------------|
| Correntes    | 11.418.836,00 €        | 11.547.208,00 €        | 11.653.088,79 €        | 100,90%            |
| Capital      | 6.425.753,00 €         | 2.592.350,25 €         | 1.599.602,18 €         | 61,70%             |
| Outras       | 0,00 €                 | 1.683.402,75 €         | 1.681.271,50 €         | 99,90%             |
| <b>TOTAL</b> | <b>17.972.961,00 €</b> | <b>15.822.961,00 €</b> | <b>14.933.962,47 €</b> | <b>94,40%</b>      |

Ao compararmos os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um aumento da receita corrente no valor de 23.355,26€, e uma diminuição de 369.784,03€ na receita de capital.

A taxa de execução global da receita cifrou-se nos 95,9% (mais 1,9% do que a registada na gerência 2016, mas inferior no valor), cumprindo-se o disposto no nº 3 do art.º 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula que caso o município registre durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, são informadas a DGAL e os membros do governo responsáveis pelas finanças e administração local (regime de alerta precoce de desvios).

Como se pode verificar no esquema seguinte, a receita corrente apresenta uma percentagem de execução, muito superior à registada nas receitas de capital.

Handwritten signatures and marks in blue ink on the left margin.



### Taxas de Execução da Receita - 2017



#### 1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

##### **RECEITAS CORRENTES**

*As receitas correntes são, por natureza, as que detêm maior impacto na receita total. Este agregado da receita contribuiu com 11.676.444,05€ para o total, fazendo-se no mapa infra, uma análise ao desempenho da receita corrente ao nível da previsão orçamental e sua cobrança, bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.*

*As receitas correntes são as que, por regra, provêm do rendimento do próprio período económico. Da análise aos dois anos, comparativamente ao ano de 2016, houve uma variação positiva de apenas 0,2% no total das receitas correntes cobradas, pois embora as transferências correntes tenham sofrido uma variação positiva significativa (cerca de 168.000,00 euros), os rendimentos de propriedade e os impostos diretos tiveram variação negativa de valor idêntico.*



| Descrição                               | 2017                   |                        |                          |                         |                     |
|-----------------------------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------------|
|                                         | ORÇAMENTO FINAL        | RECEITA COBRADA BRUTA  | PESO ESTRUT. (CORRENTES) | PESO ESTRUTURAL (TOTAL) | TAXAS DE EXECUÇÃO % |
| <b>Receitas correntes</b>               |                        |                        |                          |                         |                     |
| <b>IMPOSTOS DIRETOS</b>                 | <b>924.729,00 €</b>    | <b>1.037.650,90 €</b>  | <b>8,89</b>              | <b>6,70</b>             | <b>112,21</b>       |
| Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)   | 651.248,00 €           | 696.346,39 €           | 5,97                     | 4,50                    | 106,93              |
| Imposto Único de Circulação             | 154.039,00 €           | 164.715,77 €           | 1,41                     | 1,06                    | 106,93              |
| Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)   | 119.412,00 €           | 176.588,74 €           | 1,51                     | 1,14                    | 147,88              |
| Impostos Abolidos e outros              | 30,00 €                | 0,00 €                 | -                        | -                       | -                   |
| <b>IMPOSTOS INDIRETOS</b>               | <b>53.823,00 €</b>     | <b>60.755,54 €</b>     | <b>0,52</b>              | <b>0,39</b>             | <b>112,88</b>       |
| <b>TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES</b> | <b>155.084,00 €</b>    | <b>171.168,05 €</b>    | <b>1,47</b>              | <b>1,11</b>             | <b>110,37</b>       |
| <b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>       | <b>666.373,00 €</b>    | <b>610.879,77 €</b>    | <b>5,23</b>              | <b>3,95</b>             | <b>91,67</b>        |
| <b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>         | <b>8.833.800,00 €</b>  | <b>8.679.621,08 €</b>  | <b>74,33</b>             | <b>56,07</b>            | <b>98,26</b>        |
| FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro       | 7.640.726,00 €         | 7.896.204,00 €         | 67,63                    | 51,01                   | 103,34              |
| FSM - Fundo Social Municipal            | 177.796,00 €           | 177.796,00 €           | 1,52                     | 1,15                    | 100,00              |
| Participação Fixa no IRS                | 130.718,00 €           | 117.249,00 €           | 1,00                     | 0,76                    | 89,70               |
| Outras                                  | 884.560,00 €           | 487.955,00 €           | 4,18                     | 3,15                    | 55,16               |
| <b>VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES</b>    | <b>1.010.025,00 €</b>  | <b>1.018.953,53 €</b>  | <b>8,73</b>              | <b>6,58</b>             | <b>100,88</b>       |
| <b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>        | <b>90.977,00 €</b>     | <b>97.415,18 €</b>     | <b>0,83</b>              | <b>0,63</b>             | <b>107,08</b>       |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>     | <b>11.734.811,00 €</b> | <b>11.676.444,05 €</b> | <b>100,00</b>            | <b>75,43</b>            | <b>99,50</b>        |

Da análise ao quadro anterior e à semelhança de anos anteriores, conclui-se, que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), na medida em esta assume por si só um peso de 74,3% do total das Receitas Correntes e 56,07% do total geral, ficando portanto muito longe da cobrança dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços Correntes, que no seu conjunto, representa apenas 17,61% das receitas correntes e 13,3% da receita total.

O rigor na elaboração do orçamento, permitiu-nos que a execução da receita corrente obtivesse uma taxa de execução de 99,5%.

Relativamente ao valor global da receita, excepcionando o saldo do ano anterior, regista uma diminuição de 348.182,99€ em relação ao ano transato, que como mais adiante se analisará, resulta exclusivamente da diminuição das transferências de capital.





Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios, o aumento da receita corrente é de relevar.

### IMPOSTOS DIRETOS

Quanto aos Impostos Diretos cobrados, representam 8,89% do total das receitas correntes, e 6,70% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 112,21%, mas um decréscimo de 5,9% no decurso do exercício de 2017 face a 2016, equivalente a 61.481,93 euros, conforme detalhe que se segue.

| Descrição                        | 2017                  | 2016         | Var. €     | Var. % |
|----------------------------------|-----------------------|--------------|------------|--------|
| Receitas                         | Receita cobrada bruta |              |            |        |
| Impostos Diretos:                | 1.037.650,90          | 1.099.132,83 | -61.481,93 | -5,9   |
| - Imposto Municipal s/ Imóveis   | 696.346,39            | 773.162,63   | -76.816,24 | -11,0  |
| - Imp. Municipal s/t. O. Imóveis | 176.588,74            | 168.399,55   | 8.189,19   | 4,9    |
| - Imposto Único de Circulação    | 164.715,77            | 157.570,65   | 7.145,12   | 4,5    |

As receitas arrecadadas com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentam uma variação descendente de 11 % quando comparada com o ano de 2016 ou seja, 76.816,24 euros em termos nominais. A taxa de execução desta rubrica foi de 106,93% superando mesmo assim o valor orçamentado.

O Imposto Único de Circulação (IUC) que incide sobre os veículos, apresenta uma variação positiva de 4,5%, ou seja de 7.145,12 euros, quando comparado com o seu desempenho do ano anterior. Relativamente ao montante previsto pelo Município, em orçamento, verifica-se também ter havido um acréscimo, dado que a taxa de execução foi de 106,93%.



O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) apresenta um aumento de 4,9% para o mesmo período, o que significa, em termos nominais, um acréscimo de 8.189,19 euros e uma taxa de execução de 147,88%.

### **IMPOSTOS INDIRETOS**

*Contrariamente aos impostos diretos, verifica-se que os Impostos Indiretos e as Taxas Multas e Outras Penalidades, tiveram uma variação positiva face ao ano 2016. No que respeita à rubrica de Impostos Indiretos, com um aumento de 4.559,79€, a maior evolução no ano, está associada à receita de loteamento e obras com um crescimento de 6.027,09€ face a 2016, tendo a receita de mercados e feiras, que ascendeu a 42.998,00 euros sofrido um quebra de 1.716 euros em relação ao ano anterior. No total deste agregado, foram cobrados 60.755,54 euros, sendo que, das diversas classificações que compõe esta rubrica, excluindo a dos mercados e feiras que representa 70,77%, todas as outras representam apenas 29,23% deste capítulo, distribuídas por "Loteamentos e Obras" (8.076,13 euros), "Ocupação da Via Pública (1.534,00 euros), "Publicidade" (7.418,11 euros) e "Outros" com 729,30 euros.*

### **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**

*Este conjunto com o total de 171.168,05 euros, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior mas pagas por particulares, tendo no ano de 2017 registado um acréscimo de 4,3% equivalente a 7.127,32 euros. Trata-se contudo, de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, pelo que nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.*

*A rubrica com maior impacto é a do saneamento, cujo valor nominal é de 88.503,40 euros e que por si só representa 51,71% do total, cabendo à cobrança de taxas de loteamento e obras (24.084,58 euros), ocupação de via pública (1.576,00 euros) cabendo a outras taxas diversas (57.004,07 euros), o valor*

restante deste grupo de onde se destacam os 18.029,41 euros relativos a juros de mora.

A taxa de execução foi de 110,4% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

### **RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**

Os Rendimentos de Propriedade com um total de 610.879,77 euros, tiveram um decréscimo de 18,3%, equivalente a 111.295,87 euros, face aos valores arrecadados no ano 2016. Esta diminuição deve-se ao facto da receita da EDP pelas rendas de concessão em 2016 terem sido arrecadados 5 trimestres (1 de 2015 e 4 de 2016), e em 2017 ter entrado a receita correspondente a 4 trimestres. Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da EDP pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho.

Neste grupo, além do valor das rendas, regista-se a receita proveniente da participação do Laboratório Regional de Trás os Montes com 3.750,00 euros e 445,35€ do Fundo Apoio Municipal. Assim este capítulo regista uma taxa de execução de 91,7%, contribuindo assim com 5,23%, para o total da receita corrente.

**Quadro das variações dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:**

| Descrição                      | 2017                  | 2016       | Var. €     | Var. % |
|--------------------------------|-----------------------|------------|------------|--------|
| Receitas                       | Receita cobrada bruta |            |            |        |
| Impostos Indiretos             | 60.755,54             | 56.195,75  | 4.559,79   | 8,11   |
| Taxas, Multas e O. Penalidades | 171.168,05            | 164.040,73 | 7.127,32   | 4,34   |
| Rendimentos de Propriedade     | 610.879,77            | 722.175,64 | 111.295,87 | -18,22 |

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

*As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).*

*As Transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes, as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2017, representando 56,07% do total das receitas arrecadadas, e 74,33% das receitas correntes.*

*Assistimos assim a um aumento global de 168.159,12 euros comparativamente ao ano de 2016, representando 1,98%. O valor global é de 8.679.621,08 euros e apresenta uma taxa de execução de 98,3%.*

| Descrição                         | 2017                  | 2016                | Var. €            | Var. %      |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| Receitas                          | Receita cobrada bruta |                     |                   |             |
| <b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:</b>  | <b>8.679.621,08</b>   | <b>8.511.461,96</b> | <b>168.159,12</b> | <b>1,98</b> |
| Empresas Públicas                 | 255.811,89            | 277.182,45          | -21.370,56        | -8,35       |
| FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro | 7.896.204,00          | 7.640.726,00        | 255.478,00        | 3,34        |
| FSM - Fundo Social Municipal      | 177.796,00            | 177.796,00          | 0                 | 0           |
| Participação Fixa no IRS          | 117.249,00            | 130.718,00          | -13.469,00        | -11,49      |
| Outros                            | 125.654,29            | 129.630,31          | -3.976,02         | -3,16       |
| Serviços e Fundos Autónomos       | 92.257,74             | 139.317,20          | -47.059,46        | -51,0       |
| Segurança Social                  | 14.648,16             | 16.092,00           | -1.443,84         | -9,86       |

*O valor do Fundo Social Municipal não sofreu qualquer alteração, e constata-se que à exceção do Fundo de Equilíbrio Financeiro, todas as outras rubricas tiveram uma variação negativa mas que no seu conjunto não se equipara à variação positiva.*



Este ano, na rubrica de "Serviços e Fundos Autónomos", são contabilizadas exclusivamente as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A rúbrica "Outros" regista valores muito próximos do ano anterior e contempla as receitas provenientes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (106.222,73€) inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social e refeições do 1º ciclo e pré-escolar, da Direção Geral da Administração Interna (11.978,28€) devido ao recenseamento eleitoral e realização de eleições autárquicas, e ainda de valores menos significativos provenientes do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (2.637,61€) e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (4.815,67€).

O valor registado na "Empresas Públicas", diz respeito a transferências provenientes, da EDP pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (255.811,89€), e o da rúbrica "Sistema de solidariedade e Segurança Social", do Instituto da Segurança Social, I.P. com 14.648,16€ para funcionamento do CPCJ e também com valores similares aos de 2016.

### **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**

Nesta rúbrica estão contabilizados o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

Estas receitas, tiveram no seu conjunto um decréscimo de 1,72%, face ao ano anterior, correspondente ao valor de 17.499,42 euros, totalizando 1.018.953,53 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 100,9%, ou seja, superior ao valor orçamentado.

| Descrição                                 | 2017                         | 2016                | Var. €            | Var. %       |
|-------------------------------------------|------------------------------|---------------------|-------------------|--------------|
| <i>Receitas</i>                           | <i>Receita cobrada bruta</i> |                     |                   |              |
| <b>VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:</b>   | <b>1.018.953,53</b>          | <b>1.036.452,95</b> | <b>-17.499,42</b> | <b>-1,72</b> |
| Mercadorias                               | 11.540,87                    | 1.391,78            | 10.149,09         | 729,2        |
| Produtos acabados intermédios-Água        | 289.976,84                   | 282.143,23          | 7.833,61          | 2,78         |
| Serviços sociais, recreativos e culturais | 76.170,45                    | 66.433,61           | 9.736,84          | 14,66        |
| Serviços específicos das autarquias       | 572.546,40                   | 617.482,14          | -44.935,74        | -7,85        |
| Rendas                                    | 68.451,37                    | 67.521,43           | 929,94            | 1,38         |
| Outros                                    | 267,60                       | 1.480,76            | -1.213,60         | -553,3       |

Considerando o elevado número de rubricas que integram esta variável, algumas com variações positivas outras negativas, verificamos que a rubrica com maior expressão e que influencia a variação final negativa, tem a ver com os serviços específicos das autarquias, que caiu em 44.935,74 euros e uma percentagem de 7,85%, onde estão incluídas as tarifas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos sólidos. A faturação de venda de água, com um crescimento de 7.833,61 euros, equivalente a 2,78% é das rúbricas com maior expressão neste agregado no valor de 289.976,84€.

O conjunto dos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, regista uma variação positiva de 9.736,84 euros, equivalente a 14,66%, resultante de uma maior utilização dos espaços disponíveis ao serviço dos utentes, bem como da criação do Espaço Mais no apoio à integração social.

As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rúbricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira, e ao elevado número de isenções de



*pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.*

**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

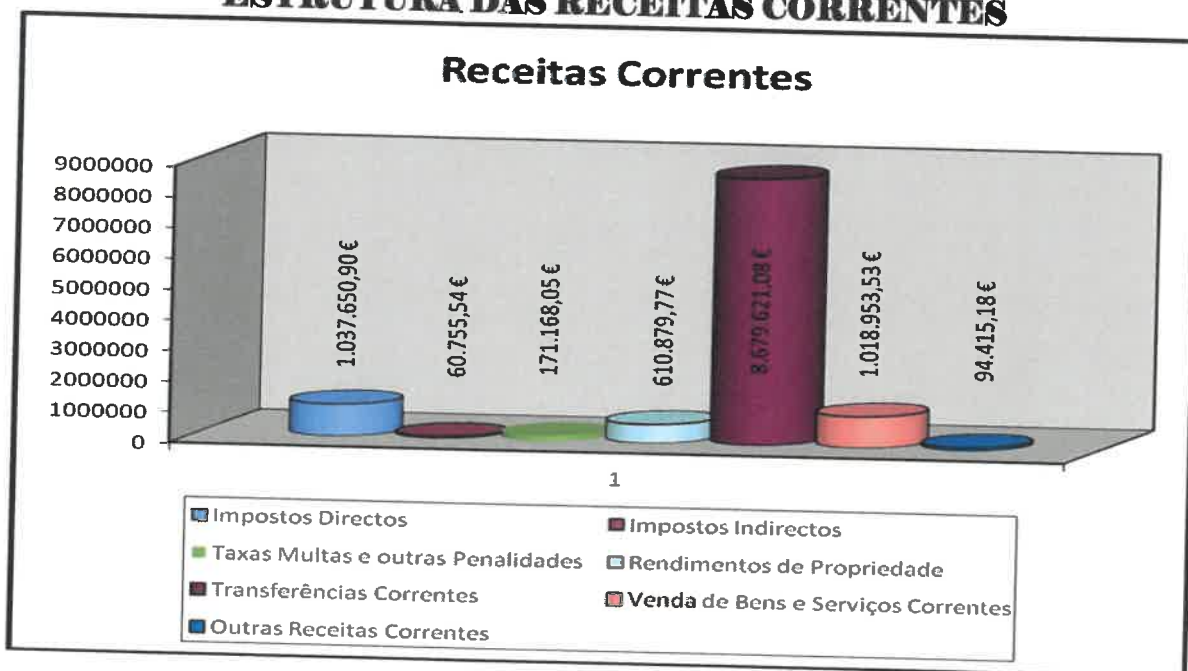
*As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 97.415,18€, na sua maioria relativa a IVA reembolsado (82.178,21€) e de receitas diversas (15.236,97€), associadas na sua maioria a indemnizações pagas por companhias de seguros e receita proveniente da montaria da RTP.*

*Este agregado teve uma execução de 107,1% face aos valores previstos e uma variação positiva de 53,1% comparativamente ao ano de 2016.*

**RECEITA TOTAL**

| Descrição                | 2015                 |            | 2016                 |            | 2017                 |            |
|--------------------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|
|                          | Valor                | %          | Valor                | %          | Valor                | %          |
| Receita Corrente         | 11.098.467,00        | 79,06      | 11.653.088,79        | 87,93      | 11.676.444,05        | 90,47      |
| Receita Capital          | 2.940.285,70         | 20,94      | 1.599.602,18         | 12,07      | 1.229.818,15         | 9,53       |
| <b>Total de Receitas</b> | <b>14.038.752,70</b> | <b>100</b> | <b>13.252.690,97</b> | <b>100</b> | <b>12.906.262,20</b> | <b>100</b> |

**ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES**



**RECEITAS DE CAPITAL**

*Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.*

*A taxa global de execução de receitas de capital situou-se em 67,2%, representando 7,9% do valor global da receita arrecadada.*

*Comparativamente ao ano de 2016, verifica-se um decréscimo de 30,07% na sua execução, o que corresponde a 369.784,03 euros.*

| Descrição                            | 2017                  |                       |                           |                         |                     |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|
|                                      | ORÇAMENTO FINAL       | RECEITA COBRADA BRUTA | PESO ESTRUTURAL (Capital) | PESO ESTRUTURAL (TOTAL) | TAXAS DE EXECUÇÃO % |
| <i>Venda de bens de investimento</i> | 82.050,00 €           | 32.924,06 €           | 2,68                      | 0,26                    | 40,13               |
| <i>Transferências de capital</i>     | 1.746.789,86 €        | 1.196.894,09 €        | 97,32                     | 9,28                    | 68,52               |
| <i>Ativos financeiros</i>            | 0,00 €                | 0,00 €                | -                         | -                       | -                   |
| <i>Passivos financeiros</i>          | 0,00 €                | 0,00 €                | -                         | -                       | -                   |
| <i>Outras receitas de capital</i>    | 100,00 €              | 0,00 €                | -                         | -                       | -                   |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b> | <b>1.828.939,86 €</b> | <b>1.229.818,15 €</b> | <b>100,00</b>             | <b>9,53</b>             | <b>67,24%</b>       |

A rubrica de Venda de Bens de Investimento, sem ter grande expressão financeira, teve um acréscimo significativo de 578,94%, em relação a 2016 e integra o valor da alienação de terrenos na zona Zona Industrial e a venda de um corta relva Honda.

A rubrica de Transferências de Capital constitui a principal componente da Receita de Capital, e integra para além da receita proveniente do Orçamento de Estado - FEF Capital, que foi de 877.356,00 euros com uma variação positiva



93



de 28.387,00 euros face a 2016, sendo o restante valor correspondente a participações de projetos e obras através de fundos comunitários que a seguir se indicam:

- ✓ Biblioteca Municipal - 1.051,00 euros;
- ✓ Casa das Associações - 63.517,05 euros;
- ✓ Motoniveladora e Buldozer - 81.555,72 euros;
- ✓ Zona Industrial de Mogadouro - 3ª Fase - 40.380,26 euros;
- ✓ Pavimentação do Caminho do Castelinho à Zona Industrial - 21.000,00 euros;
- ✓ Pavimentação da E.M. 593 entre Valverde e Meirinhos - 112.034,06 euros;

*Os Fundos Comunitários, recebidos em 2017 no valor total de 319.538,09 euros, representam 2,48% da receita total.*

*Já a receita relativa a Transferências de Capital representa 97,32% do total da receita de capital arrecadada, e 10,7% do total da receita.*

*Da análise ao gráfico seguinte, verificamos que a receita a título de Fundos Estruturais desde o início do Quadro de Referência Estratégica 2007/2013, atingiu o seu pico em 2011. Daí para cá, a maioria das verbas recebidas, dizem respeito ao encerramento de candidaturas, começando agora em 2017 a ser recebidos valores relativos ao Programa Operacional Regional NORTE 2020, como é o caso da Casa das Associações.*

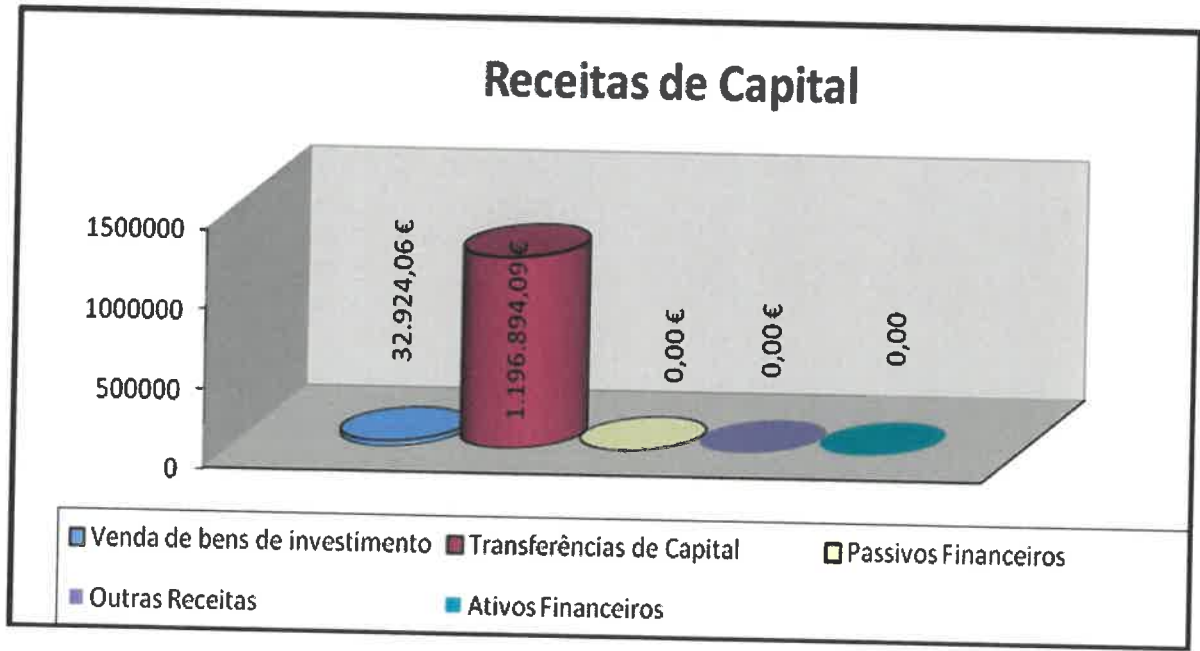
*As restantes rúbricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros e as Outras Receitas de Capital.*

9/11  
 1  
 10  
 10  
 10



No cômputo geral, podemos afirmar que o decréscimo verificado em termos de receita de capital arrecadada, foram muito inferiores quando comparadas com anos anteriores, devido à redução na obtenção de fundos comunitários em 426.245,69 só comparado com 2016, derivado essencialmente ao atraso e indefinição do Quadro Estratégico NORTE 2020.

### ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL





## 1.2. DESPESA

Nos termos do POCAL, a Despesa Total pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Mais uma vez, procuraremos neste relatório abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais (PAM) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

### 1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

No exercício de 2017 a despesa global do Município de Mogadouro atingiu o valor de 13.656.536,03 euros. Trata-se pois de uma realização inferior ao desejável e ao previsto, devido à impossibilidade de concretização de alguns projetos por razões várias, mas não pela disponibilidade financeira, até porque como mais adiante se verificará o saldo transitado para 2018 assim o comprova.

Os mapas seguintes apresentam os dados que possibilitam a avaliação, sob diferentes óticas, o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano em análise.

| <b>DESPESAS</b> |                 |                         |                       |                      |                   |
|-----------------|-----------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|
| <b>Ano</b>      | <b>Natureza</b> | <b>Previsão Inicial</b> | <b>Previsão Final</b> | <b>Execução</b>      | <b>% Execução</b> |
| 2017            | Correntes       | 9.917.247,00            | 10.017.247,00         | 9.262.939,37         | 92,47%            |
|                 | Capital         | 7.644.633,00            | 6.118.633,00          | 4.393.596,66         | 71,81%            |
|                 | <b>Total</b>    | <b>17.561.880,00</b>    | <b>16.135.880,00</b>  | <b>13.656.536,03</b> | <b>84,63%</b>     |
| 2016            | Correntes       | 9.861.083,00            | 9.861.083,00          | 8.860.537,00         | 89,85%            |
|                 | Capital         | 8.111.878,00            | 5.961.878,00          | 3.501.938,97         | 58,73%            |
|                 | <b>Total</b>    | <b>17.972.961,00</b>    | <b>15.822.961,00</b>  | <b>12.362.475,97</b> | <b>78,13%</b>     |



*Conforme o mapa supra, as despesas correntes totalizaram 9.262.939,37 euros atingindo uma taxa de execução de 92,47%, enquanto as despesas de capital se ficaram pelos 4.393.596,66 euros e uma taxa de execução de 71,81%.*

*Comparando estes valores com os de 2016, verifica-se que a variação foi positiva nas duas vertentes (correntes e capital) tanto nos valores como nas percentagens de execução. Assim, a despesa corrente registou um acréscimo de 402.402,37 euros e a despesa de capital uma variação positiva de 891.657,56 euros, o que relativamente ao ano de 2017, perfaz no total um crescimento de 1.294.060,06 euros em valor e 6,5% na taxa de execução. Por outro lado, as despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 67,83% em vez dos 71,67% de 2016, representando as despesas de capital um peso de 32,17%, contra os 28,33% do ano anterior.*

*Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa.*

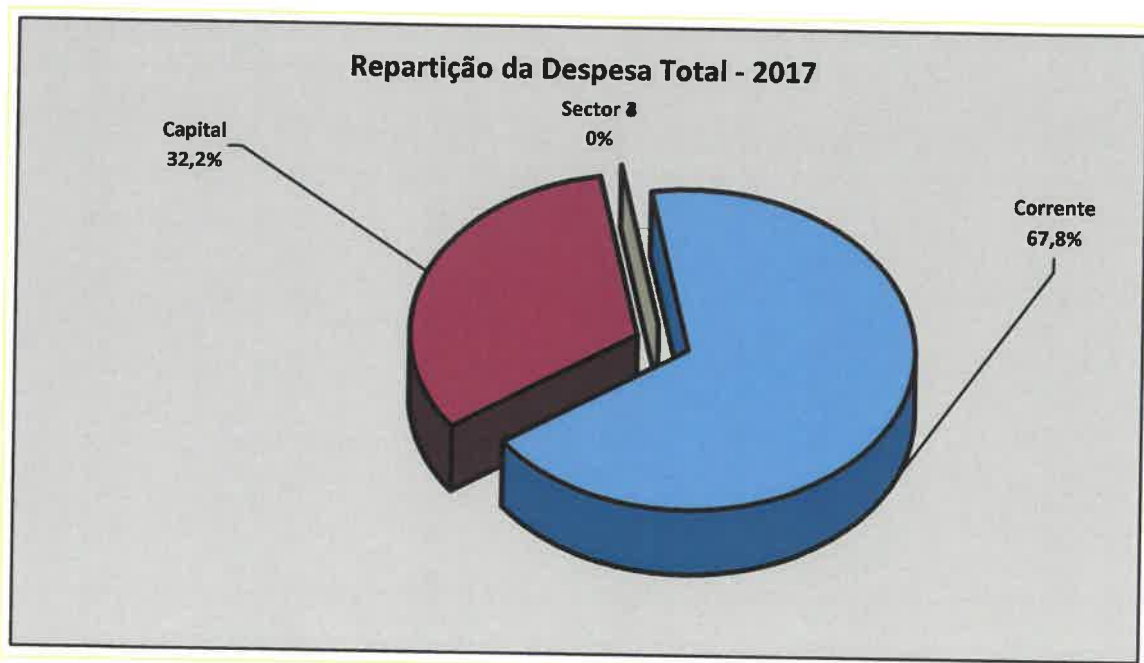
*A despesa pública consiste na aplicação dos recursos da Autarquia no pagamento de serviços, ou investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, destinados a promover o desenvolvimento económico-social, sem esquecer naturalmente, os custos da estrutura administrativa necessária à obtenção da receita.*

*Sendo o Município um grande consumidor de bens e serviços, acaba por impulsionar toda a economia local, estimulando o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro*

lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançados ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2017, atingiram 2.351.883,00 euros, desagregados em execução orçamental 1.822.448,93 euros e operações de tesouraria 529.434,07 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 15.478.984,96 euros e uma percentagem de execução de 95,93%.

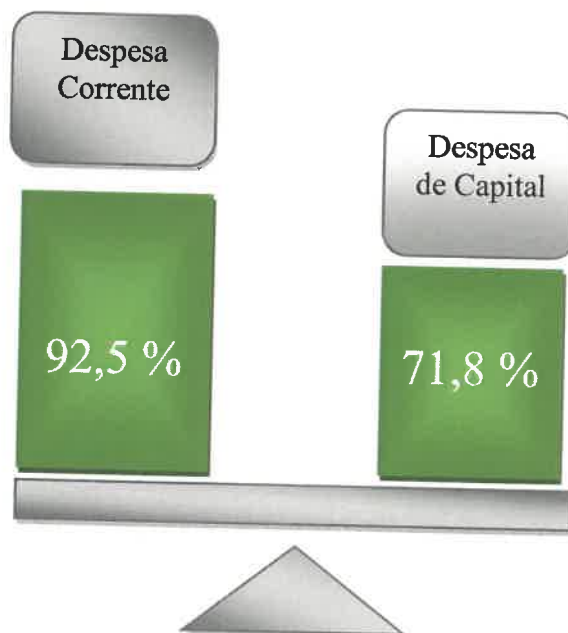


9.3



A taxa de execução da despesa total foi os (84,63%), o que representa um aumento de 6,5% em relação a 2016, registando-se também que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução superior à da despesa de capital.

↑  
↑  
↑  
↑  
↑



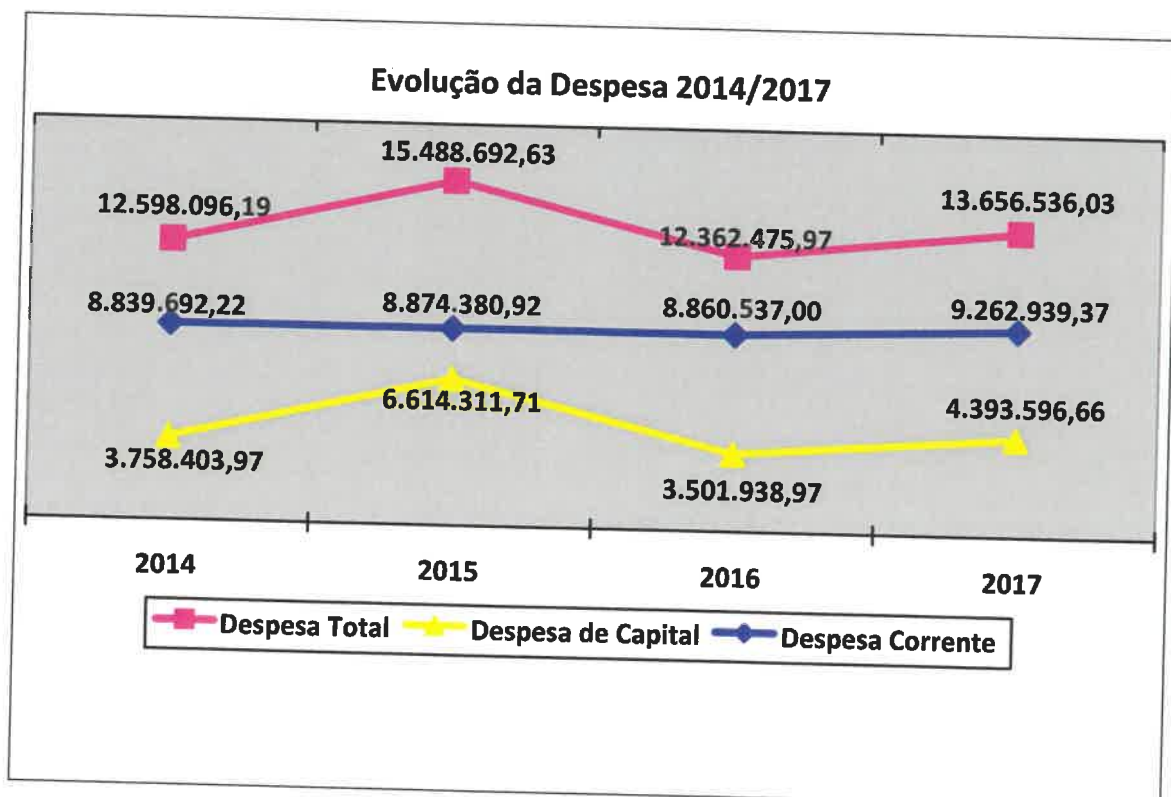
O valor da execução do orçamento da despesa corrente paga, situou-se nos 92,5%, sendo que estas percentagens foram obtidas em função dos valores corrigidos dos documentos previsionais.

| Descrição                    | 2017                 |                     |                 |                  |               |
|------------------------------|----------------------|---------------------|-----------------|------------------|---------------|
|                              | Orçamento Final      | Despesa Paga        | Peso Estrutural | Peso Estr. Total | Execução %    |
| <b>Despesas Correntes</b>    |                      |                     |                 |                  |               |
| DESPESAS COM PESSOAL         | 2.651.440,00         | 2.605.921,93        | 28,13%          | 19,08%           | 98,28%        |
| AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS      | 5.734.239,00         | 5.129.308,04        | 55,37%          | 37,56%           | 89,45%        |
| Aquisição de Bens            | 1.154.810,00         | 975.543,19          | 10,53%          | 7,14%            | 84,48%        |
| Aquisição de Serviços        | 4.579.429,00         | 4.153.764,85        | 44,84%          | 30,42%           | 90,70%        |
| JUROS E OUTROS ENCARGOS      | 5.495,00             | 2.877,54            | 0,03%           | 0,02%            | 52,37%        |
| TRANSFERÊNC. CORRENTES       | 1.326.873,00         | 1.248.074,22        | 13,48%          | 9,14%            | 94,06%        |
| Subsídios                    | 200,00               | 0,00                | 0               | 0                | 0             |
| OUTRAS DESP. CORRENTES       | 299.000,00           | 276.757,64          | 2,99%           | 2,03%            | 92,56%        |
| <b>TOTAL DESP. CORRENTES</b> | <b>10.017.247,00</b> | <b>9.262.939,37</b> | <b>100,00%</b>  | <b>67,83%</b>    | <b>92,47%</b> |

O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi superior ao valor de 2016 em 402.402,37€ correspondente a um crescimento de 4,54%, e uma taxa de execução de 92,47% e traduzido em 67,83% da despesa total.

| Descrição                     | 2017                | 2016                | Variação €        | Variação %  |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| <b>Despesa Corrente</b>       | <b>Despesa Paga</b> | <b>Despesa Paga</b> |                   |             |
| DESPESAS COM PESSOAL          | 2.605.921,93        | 2.647.762,50        | -41.840,57        | -1,61       |
| AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS     | 5.129.308,04        | 4.872.818,00        | 256.490,04        | 5,26        |
| Aquisição de Bens             | 975.543,19          | 829.797,98          | 145.745,21        | 17,56       |
| Aquisição de Serviços         | 4.153.764,85        | 4.043.020,02        | 110.744,83        | 2,74        |
| JUROS E OUTROS ENCARGOS       | 2.877,54            | 7.199,03            | -4.321,49         | -150,18     |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES      | 1.248.074,22        | 1.257.635,82        | -9.561,60         | -0,77       |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES     | 276.757,64          | 75.121,65           | 201.635,99        | 268,41      |
| <b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b> | <b>9.262.939,37</b> | <b>8.860.537,00</b> | <b>402.402,37</b> | <b>4,54</b> |

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:





### 1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2017, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

| Estrutura                    | 2014         | 2015         | 2016         | 2017         |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>DESPEAS CORRENTES</b>     | <b>70,2%</b> | <b>57,3%</b> | <b>71,7%</b> | <b>67,8%</b> |
| Despesas com pessoal         | 22,3%        | 17%          | 21,4%        | 19,1%        |
| Aquisição de bens e Serviços | 38,8%        | 32,1%        | 39,4%        | 37,6%        |
| Juros e outros encargos      | 0,2%         | 0,1%         | 0,1%         | 0%           |
| Transferências Correntes     | 8,6%         | 7,8%         | 10,2%        | 9,1%         |
| Subsídios                    | 0%           | 0%           | 0%           | 0%           |
| Outras despesas correntes    | 0,3%         | 0,3%         | 0,6%         | 2,0%         |
| <b>DESPEAS DE CAPITAL</b>    | <b>29,8%</b> | <b>42,7%</b> | <b>28,3%</b> | <b>32,2%</b> |
| Aquisição de bens de capital | 20,7%        | 35,9%        | 20,1%        | 23,0%        |
| Transferências de capital    | 3,6%         | 1,7%         | 1,8%         | 3,3%         |
| Ativos financeiros           | 0%           | 0,6%         | 0,8%         | 0,7%         |
| Passivos financeiros         | 5,6%         | 4,5%         | 5,7%         | 5,2%         |
| Outras despesas de capital   | 0%           | 0%           | 0%           | 0%           |
| <b>TOTAL DA DESPESA</b>      | <b>100%</b>  | <b>100%</b>  | <b>100%</b>  | <b>100%</b>  |



## DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

Os gastos com pessoal correspondem a 28,1% no total das despesas correntes e 19,1% da estrutura global total da despesa paga pelo Município em 2017, mantendo-se em níveis em que não representam constrangimento para a execução dos outros compromissos. O decréscimo em relação a 2016 verificado na despesa com pessoal em 1,6% equivalente a 41.840,57€, está relacionado com o facto de um funcionário ter entrado de licença sem vencimento, por haver um decréscimo nos encargos com saúde e ainda o facto dos membros do Gabinete de Apoio à Presidência e Vereadores não terem auferido vencimento no período que medeia as eleições e a nomeação dos mesmos.

| Descrição                         | 2017<br>DESPESA<br>PAGA | 2016<br>DESPESA<br>PAGA | Variação<br>€       | Variação<br>% |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| <b>Despesas com Pessoal</b>       | <b>2.605.921,93 €</b>   | <b>2.647.762,50 €</b>   | <b>-41.840,57 €</b> | <b>-1,61</b>  |
| Remunerações Certas e Permanentes | 1.938.883,09 €          | 1.962.090,21 €          | - 23.207,12 €       | - 1,20        |
| Abonos Variáveis ou Eventuais     | 90.670,49 €             | 100.911,96 €            | -10.241,47 €        | -11,30        |
| Segurança Social                  | 576.368,35 €            | 584.760,33 €            | -8.391,98 €         | -1,46         |

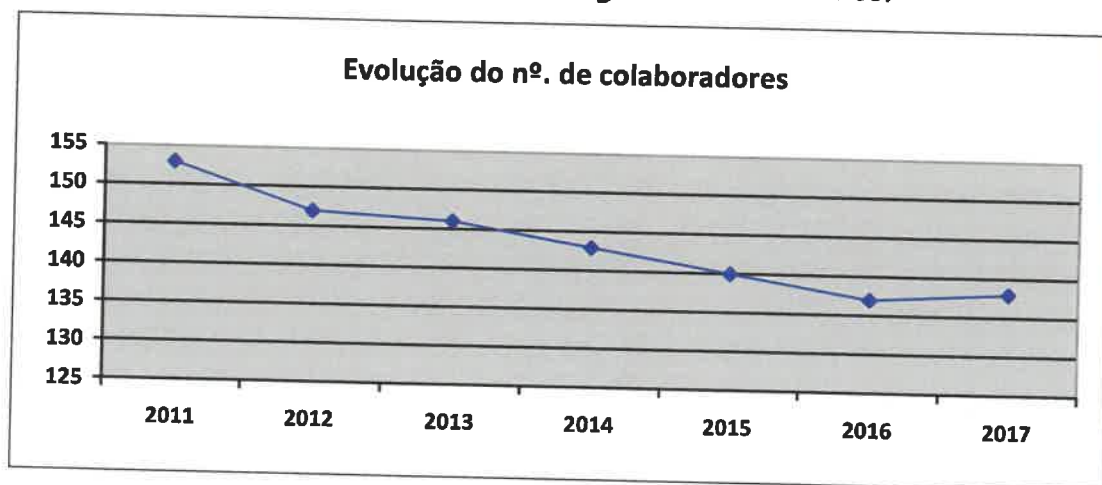
As remunerações certas e permanentes são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação negativa de 23.207,12€ relativamente a 2016.

Os abonos variáveis ou eventuais registaram também um decréscimo de 10.241,47 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

Estando relacionadas com os agregados anteriores, também a rubrica da Segurança Social, mostra-nos uma redução na despesa no valor de 8.391,98

euros face a 2016, cabendo aqui as contribuições da Autarquia, como entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários. De referir que são as autarquias que suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares, funcionando a ADSE apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde e outros prestadores de cuidados de saúde.

Durante o ano 2017, o número de efetivos ao serviço, passou de 137 para 138, incluindo os eleitos locais e membros do GAP. Em 2011 o número de colaboradores era de 153. Esta redução é explicada pela cessão do vínculo laboral pela passagem à aposentação de alguns colaboradores.



São as "Aquisições de Bens e Serviços" que no grupo das despesas correntes, representam a maior fatia das despesas, concorrendo com 55,37% para este agregado e 37,56% da despesa total.

É pois neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de carácter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população geral.



| Descrição                             | 2017                 | 2016                 | Variação<br>€     | Variação<br>% |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|---------------|
|                                       | Despesa Paga         | Despesa Paga         |                   |               |
| <b>Despesas Correntes</b>             |                      |                      |                   |               |
| <b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>   | <b>5.129.308,04€</b> | <b>4.872.818,00€</b> | <b>256.490,04</b> | <b>5,26</b>   |
| <b>Aquisição de Bens</b>              | <b>975.543,19€</b>   | <b>829.797,98€</b>   | <b>145.745,21</b> | <b>17,56</b>  |
| Combustíveis e Lubrificantes          | 293.874,39€          | 258.273,62€          | 35.600,77         | 13,78         |
| Limpeza e Higiene                     | 17.739,59€           | 16.836,17€           | 903,42            | 5,37          |
| Alimentação- refeições confeccionadas | 30.443,11€           | 30.493,50€           | -50,39            | -0,16         |
| Alimentação - Géneros p/ confeccionar | 39.161,28€           | 37.249,91€           | 1.911,37          | 5,13          |
| Vestuário e artigos pessoais          | 9.052,47€            | 13.092,70€           | -4.040,23         | -44,63        |
| Material de escritório                | 34.886,25€           | 34.491,75€           | 394,50            | 1,14          |
| Produtos Químicos e farmacêuticos     | 35.140,45€           | 32.749,51€           | 2.390,94          | 7,30          |
| Material de Transporte - Peças        | 34.413,93€           | 34.857,11€           | -443,18           | -1,29         |
| Material de consumo hoteleiro         | 3.401,25€            | 0 €                  | 3.401,25          | 100           |
| Outro material - Peças                | 11.809,94€           | 12.424,72€           | -614,78           | -5,21         |
| Prémios condecorações e ofertas       | 49.012,69€           | 44.577,73€           | 4.434,96          | 9,95          |
| Mercadorias para venda - Água         | 14.416,20€           | 14.839,71€           | -423,51           | -2,94         |
| Ferramentas e utensílios              | 7.609,20€            | 6.651,06€            | 958,14            | 14,41         |
| Material educação, cultura e recreio  | 3.541,29€            | 6.522,23€            | -2.980,94         | -84,18        |
| Outros                                | 391.041,15€          | 286.738,26€          | 104.302,89        | 36,38         |
| <b>Aquisição de Serviços</b>          | <b>4.153.764,85€</b> | <b>4.043.020,02€</b> | <b>110.744,83</b> | <b>2,74</b>   |
| Encargos de Instalações               | 626.963,26€          | 631.468,66€          | -4.505,40         | -0,72         |
| Limpeza e higiene                     | 542.591,19€          | 517.610,04€          | 24.981,15         | 4,83          |
| Conservação de bens                   | 339.341,59€          | 297.889,70€          | 41.451,89         | 13,92         |
| Locação de Edifícios                  | 30.000,00€           | 30.000,00€           | 0                 | 0             |
| Locação de outros bens                | 62.734,40€           | 99.081,09€           | -36.345,69        | -57,94        |
| Comunicações                          | 116.854,98€          | 117.246,68€          | -391,70           | -0,34         |
| Transportes                           | 614.389,64€          | 605.155,14€          | 9.234,50          | 1,53          |
| Representação de serviços             | 8.019,40€            | 3.470,10€            | 4.549,30          | -131,10       |
| Seguros                               | 40.563,85€           | 43.913,12€           | -3.349,27         | -8,26         |
| Estudos, pareceres e consultadoria    | 49.770,96€           | 59.491,58€           | -9.720,62         | -19,53        |
| Publicidade                           | 86.649,49€           | 74.004,48€           | 12.645,01         | 17,09         |
| Vigilância e segurança                | 114.286,94€          | 72.156,17€           | 42.130,77         | 58,39         |
| Assistência técnica                   | 48.731,66€           | 49.098,73€           | -367,07           | -0,75         |
| Outros trabalhos especializados       | 229.268,62€          | 107.693,70€          | 121.574,92        | 112,89        |
| Encargos de cobrança de receitas      | 34.086,25€           | 47.417,45€           | -13.331,20        | -39,11        |
| Outros Serviços                       | 1.209.512,62€        | 1.287.323,38€        | -77.810,76        | -6,43         |



*Este quadro, descreve os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2017, cujo valor global atingiu os 5.129.308,04 euros. Comparado com o valor do ano anterior, verifica-se que esta despesa aumentou 256.490,04 euros, em termos absolutos e 5,26% em termos relativos.*

*Relativamente à "Aquisição de Bens", os pagamentos ascenderam a 975.543,19 euros, com um aumento de 17,56% e 145.745,21€ comparativamente a 2016, merecendo especial destaque os valores gastos com a rubrica "Outros Bens" com 391.041,15 euros, a que registou o maior aumento, seguindo-se o fornecimento de "Combustíveis e Lubrificantes", com 293.874,39 euros e os "Prémios, condecorações e ofertas" com 49.012,69 euros. Na rubrica "Outros Bens", está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras. A soma destas três rubricas representa 75,23 % do valor total do ano, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual.*

*O agregado das "Aquisição de Serviços", mostra um valor total de 4.153.764,85 euros registando um crescimento de 12,74% em relação a 2016 o que corresponde a 110.744,83 euros.*

*As rubricas que mais se destacam neste conjunto são, em primeiro lugar e mais uma vez a de "Outros Serviços" com um total de 1.209.512,62 euros mas inferior a 2016 em 77.810,76 euros. Tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rubrica própria e de natureza diversa, com designadamente os custos com a iluminação pública no valor de 498.654,75€, a prestação de serviços com pessoal*



*das atividades extracurriculares no valor de 188.846,84 euros bem como outros serviços contratados para o aeródromo (18.000,00€), cozinha da escola (21.863,93€), arqueologia e história (48.819,09€) entre outros de menor valor como o pagamento pela presença nas mesas de voto (3.583,55€).*

*Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de "Encargos com as instalações" no valor de 626.963,26€, destinados exclusivamente ao pagamento de eletricidade das instalações à EDP; os "Transportes" com 614.389,64€, destinados na sua maioria ao pagamento dos transportes escolares; a "Limpeza e Higiene" com 542.591,19€, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo; a "Conservação de bens" com 339.341,59€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis; os "outros trabalhos especializados" que totalizaram 229.268,62 euros em que a despesa mais significativa se refere ao pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAR's ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (55.9708,84€) e Administração de e Gestão de Sistemas de Salubridade (25.975,23€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (10.701,00€) e ainda serviços prestados nas atividades extracurriculares que anteriormente eram pagas por "outros serviços"; as "Comunicações" com 116.854,98€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet.*

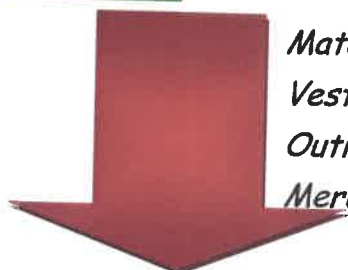
*Comparativamente a 2016 destaca-se a variação positiva de 42.130,77€ da "Vigilância e Segurança" pelo alargamento deste tipo de serviço nas Piscinas e Centro Interpretativo. Há ainda outras rúbricas com valores menos significativos, como as despesas com "Seguros" relativos a equipamentos municipais no valor de 40.563,85€, os "Encargos de Cobrança de Receita" que foram de 34.086,25 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de*

receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2017, com o exercício de 2016, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento expresso a seguir, por sub rúbricas económicas, sendo que a maioria delas sofreram aumentos consideráveis:



Outros Bens - 36,38%  
Combustíveis e Lubrificantes - 13,78%  
Produtos Químicos e farmacêuticos - 7,30%  
Limpeza e Higiene - 5,37%



Material de educação, cultura e recreio - 84,18%  
Vestuário e artigos pessoais - 44,63%  
Outro material, peças - 5,21%  
Mercadoria para venda - água - 2,94%

Quanto à aquisição de serviços, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos:



Outros trabalhos especializados - 112,89%  
Vigilância e Segurança - 58,39%  
Publicidade - 17,09%  
Conservação de bens - 13,92%  
Limpeza e Higiene - 4,83%



Locação de outros bens - 57,94%  
Encargos de cobrança de receitas - 39,11%  
Estudos, Pareceres e consultadoria - 19,53%  
Outros Serviços - 6,43%

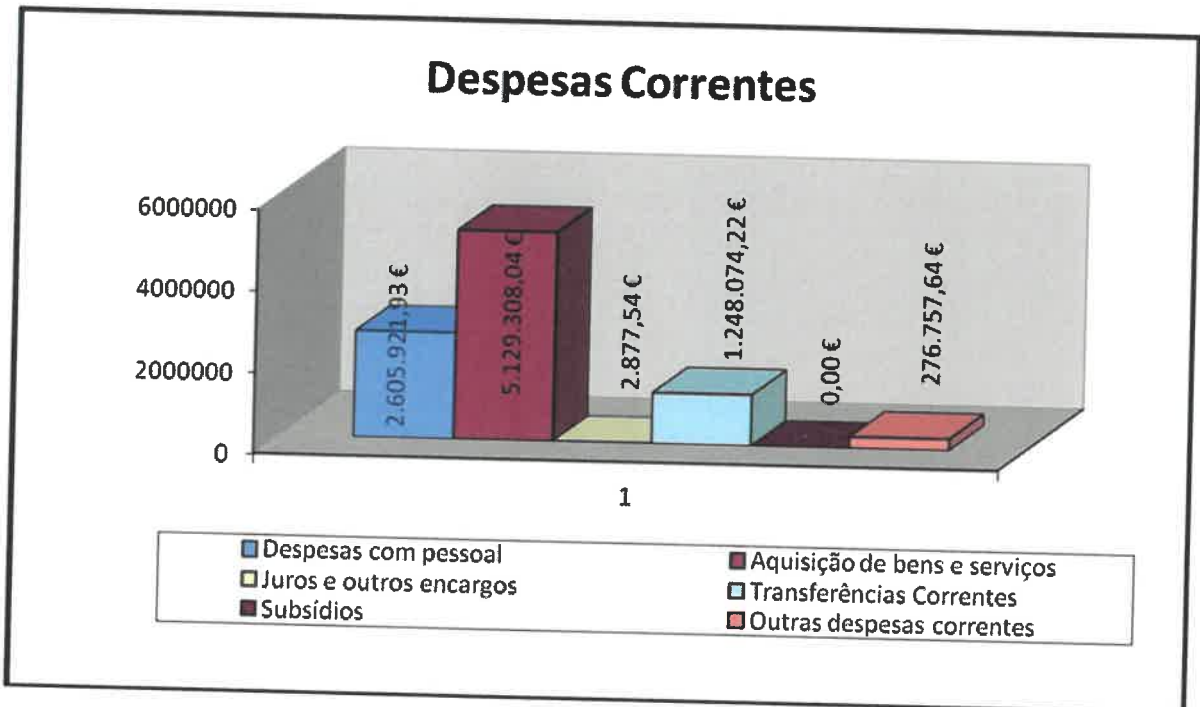
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '9.9.' at the top left and 'D.' at the bottom left.



*Pela análise ao quadro seguinte, verificamos que com exceção ao ano de 2016, este agregado tem tendência a aumentar face a anos anteriores pelo facto de ser necessário conservar e reparar o património municipal que ano após ano vai aumentando.*

| Descrição             | 2014                | 2015                | 2016                | 2017                |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Aquisição de Bens     | 961.031,16          | 990.290,02          | 829.797,98          | 975.543,19          |
| Aquisição de Serviços | 3.922.489,71        | 3.986.258,68        | 4.043.020,02        | 4.153.764,85        |
| <b>Total</b>          | <b>4.883.520,87</b> | <b>4.976.548,70</b> | <b>4.872.818,00</b> | <b>5.129.308,04</b> |

*As Despesas Correntes, no valor global de 9.262.939,37€, representam 67,83% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rúbricas agregadas no gráfico que se segue.*



**JUROS E OUTROS ENCARGOS**

*A rubrica de Juros e Outros Encargos inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo (1.355,64€), os encargos com garantias bancárias (1.441,60€ e ainda 80,30€ de outros encargos á banca.*



No seu conjunto foram pagos apenas 2.877,54 euros representando um decréscimo superior a 150% em relação ao ano de 2016, resultante essencialmente da redução da dívida de médio e longo prazo acompanhado da queda das taxas de juro.

### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

| Descrição                        | 2017                | 2016                | Variação €       | Variação %   |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|------------------|--------------|
| Despesa Corrente                 | Despesa Paga        | Despesa Paga        |                  |              |
| <b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>  | <b>1.248.074,22</b> | <b>1.257.635,82</b> | <b>-9.561,60</b> | <b>-0,77</b> |
| Administração Central Estado     | 5.000,00            | 9.403,00            | -4.403,80        | -88,06       |
| Administração Local              | 594.010,64          | 544.096,07          | 49.914,64        | -9,17        |
| Municípios                       | 21.049,30           | 18.417,12           | 2.632,18         | 14,29        |
| Freguesias                       | 413.474,78          | 416.444,53          | -2.969,75        | -0,72        |
| Associação de Municípios         | 159.486,56          | 109.234,42          | 50.252,14        | 46,00        |
| Segurança Social                 | 2.992,80            | 2.992,80            | 0                | 0            |
| Instituições Sem Fins Lucrativos | 406.075,10          | 407.227,80          | -1.152,70        | -0,28        |
| Famílias                         | 239.995,68          | 293.916,15          | -53.920,47       | -22,47       |

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2017, totalizaram 1.248.074,22 euros, valor muito idêntico ao do ano anterior mas inferior em 0,77% o que corresponde ao valor de 9.561,60 euros, e refletem essencialmente, os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia e Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com essas entidades, bem como as transferências para a Administração Central Estado (que reflete o Agrupamento de Escolas de Mogadouro) e famílias.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin.



*Esta rubrica corresponde a 13,47 % da despesa corrente paga e a 9,14 % da despesa total, e teve uma execução de 94,06%, tendo em conta os montantes orçamentados.*

*Deste agregado e relativamente ao ano anterior, a rúbrica das transferências para as Associações de Municípios é aquela que regista o maior aumento com um total de 159.486,56€, resultante das despesas de funcionamento da Agência de Energia e da Comunidade Intermunicipal e Associação de Municípios do Baixo Sabor que em 2016 não existiam ou eram menores, enquanto a maior redução e de valor idêntico se verificou na rúbrica famílias, fruto do menor número de pessoas recrutado ao Centro de Emprego.*

*Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 413.474,78 euros.*

*As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos, pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário e que desenvolvem atividades com interesse municipal, sendo-lhes sido pago o valor de 406.075,10 euros.*

*Foram ainda pagos 21.049,30 euros ao Município de Vimioso para gestão do Canil, e apoio a famílias carenciadas num total de 76.581,29 euros.*

## **DESPESA DE CAPITAL**

*O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.*



*Nesta componente da despesa de capital, no ano 2017, o valor final orçamentado foi de 6.118.633,00€, dos quais foram pagos 4.393.596,66€, o que correspondeu a uma execução de 71,81%.*

| Descrição                     | 2017                   |                        |                           |                         |                 |
|-------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------|
|                               | Orçamento Final        | Despesa Paga           | Peso Estrutural (Capital) | Peso Estrutural (Total) | Taxa execução % |
| Despesas de Capital           |                        |                        |                           |                         |                 |
| Aquisição de bens de Capital  | 4.606.352,00€          | 3.135.017,39€          | 71,35                     | 22,96                   | 68,06           |
| Transferências de Capital     | 705.152,00€            | 453.439,03€            | 10,32                     | 3,32                    | 64,30           |
| Ativos Financeiros            | 99.531,00€             | 99.531,00€             | 2,27                      | 0,73                    | 100             |
| Passivos Financeiros          | 706.598,00€            | 705.609,24€            | 16,06                     | 5,17                    | 99,86           |
| Outras Despesas de Capital    | 1.000,00€              | 0,00€                  | 0                         | 0                       | 0               |
| <b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b> | <b>6.118.633,00€</b>   | <b>4.393.596,66 €</b>  | <b>100,00</b>             | <b>32,17</b>            | <b>71,81</b>    |
| <b>TOTAL DA DESPESA</b>       | <b>16.135.880,00 €</b> | <b>13.656.536,03 €</b> |                           |                         | <b>84,63</b>    |

*A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital - Valor de investimento e que, excluindo o valor do Fundo de Apoio Municipal coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.*

*No grupo das despesas de capital, a aquisição de bens de capital sofreu um acréscimo de 654.090,33 euros o que corresponde a 24,36% face a 2016, refletido no aumento do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 70,84% em 2016, para 71,35% em 2017), aumentando também a sua importância relativa na despesa total (de 20%, em 2016, para 22,96%, em 2017).*



*Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de, médio e longo prazo, e das transferências de capital.*

*Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente ao ano anterior, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra um aumento da despesa de capital no valor de 890.718,14€, justificado pela utilização de grande parte do saldo do ano anterior.*

| Descrição                  | 2014                |            | 2015                |            | 2016                |            | 2017                |            |
|----------------------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|
|                            | Valor               | %          | Valor               | %          | Valor               | %          | Valor               | %          |
| Investimento Direto        | 2.603.180,21        | 85,10      | 5.556.249,73        | 93,98      | 2.480.927,06        | 88,69      | 3.135.017,39        | 85,01      |
| Transferências de Capital  | 453.422,54          | 14,82      | 256.369,76          | 4,34       | 216.811,22          | 7,75       | 453.439,03          | 12,29      |
| Ativos Financeiros         | 0                   | 0          | 99.531,00           | 1,68       | 99.531,00           | 3,56       | 99.531,00           | 2,70       |
| Outras Despesas de Capital | 2.295,00            | 0,08       | 0                   | 0          | 0                   | 0          | 0                   | 0          |
| <b>Investimento Global</b> | <b>3.058.897,75</b> | <b>100</b> | <b>5.912.150,49</b> | <b>100</b> | <b>2.797.269,28</b> | <b>100</b> | <b>3.687.987,42</b> | <b>100</b> |

### **AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

*A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.*

*Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 3.135.017,39€, os compromissos assumidos tenham sido de 4.543.744,94€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, e ter assim uma execução muito superior.*

## Investimento Direto

| Descrição                  | 2014                |               | 2015                |               | 2016                |               | 2017                |               |
|----------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
|                            | Valor               | %             | Valor               | %             | Valor               | %             | Valor               | %             |
| Terrenos                   | 13.845,92           | 0,53          | 9.688,64            | 0,17          | 2.575,80            | 0,10          | 6.740,00            | 0,21          |
| Habitação                  | 0,00                | 0,00          | 0,00                | 0,00          | 18.450,00           | 0,74          | 36.900,00           | 1,18          |
| Edifícios                  | 230.929,71          | 8,87          | 728.529,19          | 13,11         | 498.469,11          | 20,09         | 126.860,60          | 4,05          |
| Construções Diversas       | 1.366.271,94        | 52,48         | 3.864.714,81        | 69,56         | 1.544.130,49        | 62,24         | 2.656.157,88        | 84,73         |
| Material de Transporte     | 72.200,01           | 2,77          | 301.993,70          | 5,43          | 45.006,50           | 1,82          | 61.767,00           | 1,97          |
| Maquinaria e Equipamento   | 438.496,38          | 16,85         | 477.055,99          | 8,59          | 241.904,79          | 9,75          | 189.422,28          | 6,04          |
| Outros                     | 481.436,25          | 18,50         | 174.267,40          | 3,14          | 130.390,37          | 5,26          | 57.169,63           | 1,82          |
| <b>Investimento Direto</b> | <b>2.603.180,21</b> | <b>100,00</b> | <b>5.556.249,73</b> | <b>100,00</b> | <b>2.480.927,06</b> | <b>100,00</b> | <b>3.135.017,39</b> | <b>100,00</b> |

Mais uma vez constata-se que o maior investimento ocorre na rúbrica das "Construções diversas" que por si só assume 84,73% o que corresponde ao valor de 2.656.157,88€. Deste bolo destacam-se o investimento na remodelação da rede de água e saneamento de Bemposta e Peredo de Bemposta, nos arruamentos do Concelho e na repavimentação da estrada de Valverde a Meirinhos.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor é do "Equipamento diverso", e diz respeito a aquisição de equipamento diverso como bombas de água, mobiliário e outras de menor valor.

A rúbrica designada por "Edifícios", com um total de 126.860,60 euros repartiu este valor essencialmente pela Casa das Associações e a reabilitação das piscinas municipais cobertas.

## TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2017, o Município aumentou o valor das transferências de capital em 236.627,81 euros face a 2016, o que corresponde a um aumento de



109,14%. Assim o montante total de 453.439,03 euros gasto nesta rubrica contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 10,32% no total da despesa de capital paga e de 3,32% da despesa total.

| Descrição                        | 2017              | 2016              | Variação €        | Variação %    |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|
|                                  | Despesa Paga      | Despesa Paga      |                   |               |
| <b>Despesa de Capital</b>        |                   |                   |                   |               |
| <b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b> | <b>453.439,03</b> | <b>216.811,22</b> | <b>236.627,81</b> | <b>109,14</b> |
| Privadas                         | 67.418,00         | 97.043,81         | -29.625,81        | -43,94        |
| Freguesias                       | 62.184,01         | 78.491,89         | -16.307,88        | -26,22        |
| Associação de Municípios         | 22.160,00         | 24.301,43         | -2.141,43         | -9,66         |
| Segurança Social                 | 106.727,87        | 0                 | 106.727,87        | 100%          |
| Instituições Sem Fins Lucrativos | 111.043,95        | 14.165,06         | 96.878,89         | 683,93        |
| Famílias                         | 83.905,20         | 2.809,03          | 81.096,17         | 2.886,98      |

O valor constante na rubrica "Privadas", embora registe um decréscimo, face a 2016, diz respeito a 50% do apoio à criação de 30 novos postos de trabalho concedidos a empresas e ainda ao pagamento de 25% de um outro concedido já no ano anterior no valor total de 67.418,00 euros

Também o valor pago às Juntas de Freguesia num total de 62.184,01 euros sofreu um decréscimo face a 2016 pelo menor número de protocolos celebrados com estas entidades.

Em contrapartida no âmbito da Segurança Social, enquanto em 2016 não se registou qualquer transferência, durante o ano de 2017 foram transferidos 106.727,87 euros destinados ao apoio concedido a instituições de índole social designadamente Santa Casa da Misericórdia e Centros Sociais de Urrós e Travanca.

O valor constante na rubrica "Instituições sem fins lucrativos" regista também um forte acréscimo, com um total de 111.043,95 euros em vez dos

14.165,06 euros, resultante de apoios concedidos à Associação de Bombeiros para aquisição de uma viatura e a 4 Fábricas de Igreja do Concelho para obras de melhoramento.

De realçar também o forte aumento das transferências efetuadas para as "Famílias" num total de 83.905,20 euros destinados ao apoio à melhoria de 11 habitações a famílias carenciadas.

### **ATIVOS FINANCEIROS**

O valor pago no ano 2017, relativamente à rubrica de ativos financeiros está associada à obrigatoriedade da comparticipação do Município para o FAM - Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

O valor total que o Município terá que pagar ao longo de 7 anos totalizará 696.718,98 euros correspondendo a 99.531,00€, euros por ano. No ano 2017 procedeu-se ao pagamento da 3ª anuidade, pelo que não se regista qualquer alteração ao ano anterior, embora com a publicação do Orçamento de Estado para 2018, este total será alterado.

### **PASSIVOS FINANCEIROS**

Os gastos incorridos com os "Passivos financeiros", num total de 705.609,24 euros, representam 16,06% do total das despesas de capital em 2017, tendo aumentado apenas 939,55 euros face a 2016 e dizem respeito exclusivamente às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada pela redução das taxas de juros e principalmente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

| Descrição                    | 2014       |       | 2015       |       | 2016       |       | 2017       |       |
|------------------------------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
|                              | Valor      | %     | Valor      | %     | Valor      | %     | Valor      | %     |
| Amortização Anual de Capital | 699.506,22 | 96,23 | 702.161,22 | 97,68 | 704.669,69 | 99,20 | 705.609,24 | 99,81 |
| Encargos Financeiros         | 27.439,67  | 3,77  | 16.700,64  | 2,32  | 5.677,43   | 0,80  | 1.355,64   | 0,19  |
| Serviço de dívida            | 726.945,89 | 100,0 | 718.861,86 | 100,0 | 710.347,12 | 100,0 | 706.964,88 | 100,0 |

No final do ano 2017, o município tem contratado e em dívida 13 empréstimos, desagregados da seguinte forma:

- Caixa Geral de Depósitos - CGD - (9): 1.474.828,66 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo - CCAM - (4): 726.325,08 euros.

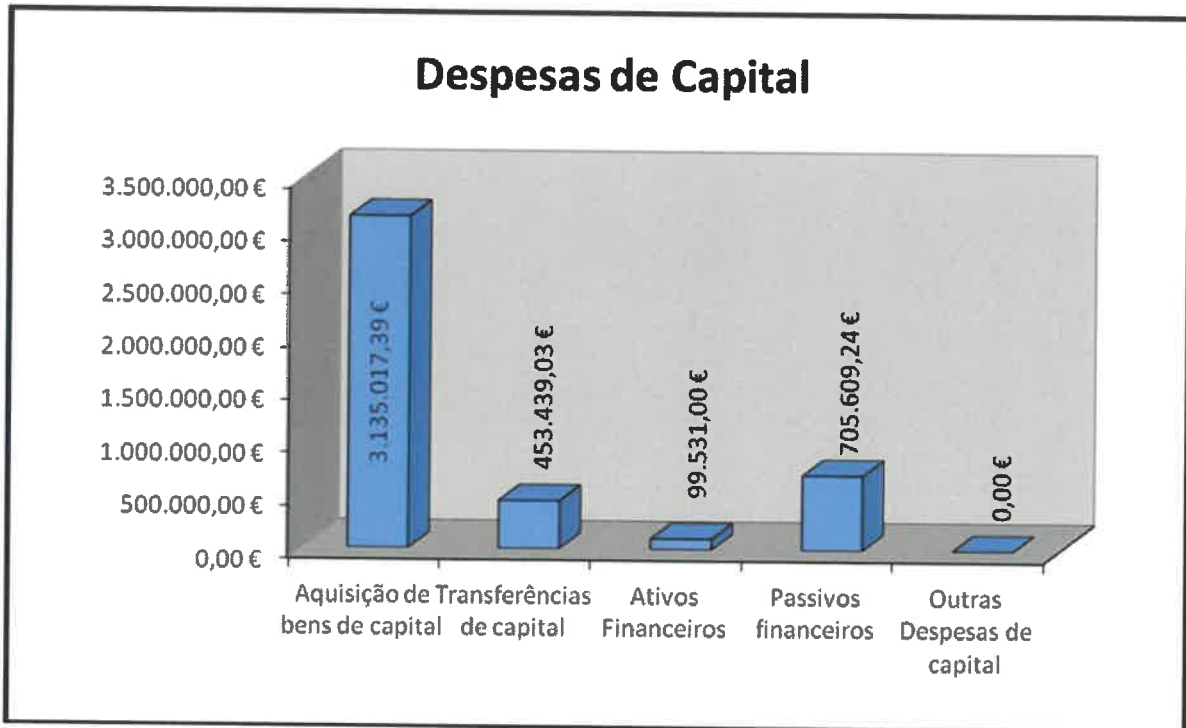
Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não havendo portanto qualquer imparidade com as entidades financeiras.

Tendo como referência o ano de 2010, o Município reduziu neste período a dívida em mais de 223,43% o equivalente a 4.918.010,74 euros, como pode ser constatado através da informação do mapa seguinte. Esta situação, traduz o esforço significativo que foi feito em termos de redução do serviço de dívida da Autarquia, podendo afirmar-se que a situação atual está perfeitamente controlada.

| Evolução dos empréstimos bancários |                 |              |              |
|------------------------------------|-----------------|--------------|--------------|
| Ano                                | Valor em dívida | Variação (€) | Variação (%) |
| 2010                               | 7.119.164,48    |              |              |
| 2011                               | 6.663.620,24    | 455.544,24   | 6,84         |
| 2012                               | 5.881.685,39    | 781.934,85   | 13,29        |
| 2013                               | 5.013.100,11    | 868.585,28   | 17,33        |
| 2014                               | 4.313.593,89    | 699.506,22   | 16,22        |
| 2015                               | 3.611.432,67    | 702.161,22   | 19,44        |
| 2016                               | 2.906.762,98    | 704.669,69   | 24,24        |
| 2017                               | 2.201.153,74    | 705.609,24   | 32,06        |

O capítulo das "Outras despesas de capital" não regista qualquer movimento.

O gráfico que a seguir se apresenta mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



### 1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos.

De acordo com o POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

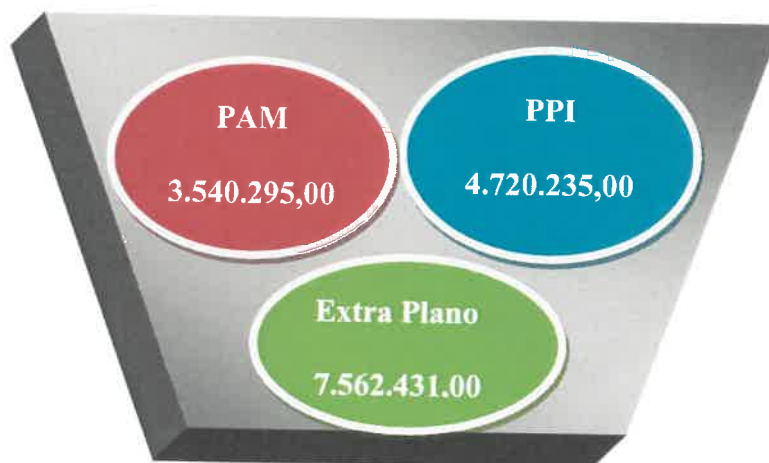
Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de



fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:



O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.



## Repartição por funções - 2017

| Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2017 |                                                     |                     |               |                 |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------|---------------|-----------------|
| Código                                                    | Designação das rubricas                             | Valor do            | % dentro      | % em relação ao |
| Obj./Prog.                                                |                                                     | Investimento        | Obj./Prog.    | Total           |
| <b>1.</b>                                                 | <b>Funções Gerais</b>                               | <b>685.671,90</b>   | <b>100,0%</b> | <b>10,74%</b>   |
| 1.1.1.                                                    | Administração geral                                 | 408.436,14          | 59,57%        | 6,40%           |
| 1.2.1.                                                    | Proteção civil e luta contra incêndios              | 277.235,76          | 40,43%        | 4,34%           |
| <b>2.</b>                                                 | <b>Funções Sociais</b>                              | <b>2.778.905,64</b> | <b>100,0%</b> | <b>43,54%</b>   |
| 2.1.1.                                                    | Ensino do 1º ciclo                                  | 5.000,00            | 0,18%         | 0,08%           |
| 2.1.2.                                                    | Serviços auxiliares de ensino                       | 31.786,51           | 1,14%         | 0,50%           |
| 2.2.1.                                                    | Serviços individuais de saúde                       | 4.320,03            | 0,16%         | 0,07%           |
| 2.3.2.                                                    | Ação social                                         | 299.770,92          | 10,79%        | 4,69%           |
| <b>2.4.</b>                                               | <b>Habitação e serviços coletivos</b>               | <b>1.978.741,57</b> | <b>71,21%</b> | <b>31,00%</b>   |
| 2.4.2.                                                    | Ordenamento do território                           | 18.939,11           | 0,68%         | 0,30%           |
| 2.4.3.                                                    | Saneamento                                          | 146.530,82          | 5,27%         | 2,29%           |
| 2.4.4.                                                    | Abastecimento de água                               | 1.281.102,39        | 46,10%        | 20,07%          |
| 2.4.5.                                                    | Resíduos sólidos                                    | 532.169,25          | 19,15%        | 8,34%           |
| 2.4.6.                                                    | Proteção do meio ambiente e conservação da natureza | 0                   | 0             | 0               |
| <b>2.5.</b>                                               | <b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b> | <b>459.286,61</b>   | <b>16,53%</b> | <b>7,20%</b>    |
| 2.5.1.                                                    | Cultura                                             | 280.848,25          | 10,11%        | 4,40%           |
| 2.5.2.                                                    | Desporto, recreio e lazer                           | 178.438,36          | 6,42%         | 2,80%           |
| 2.5.3.                                                    | Outras atividades cívicas e religiosas              | 0                   | 0             | 0               |
| <b>3.</b>                                                 | <b>Funções económicas</b>                           | <b>1.543.449,36</b> | <b>100,0%</b> | <b>24,18%</b>   |
| 3.1.                                                      | Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca   | 13.530,00           | 0,88%         | 0,21%           |
| 3.2.                                                      | Indústria e energia                                 | 104.354,14          | 6,76%         | 1,64%           |
| 3.3.1.                                                    | Transportes rodoviários                             | 1.111.831,36        | 72,04%        | 17,42%          |
| 3.4.1.                                                    | Mercados e Feiras                                   | 86.325,00           | 5,59%         | 1,35%           |
| 3.4.2.                                                    | Turismo                                             | 227.408,86          | 14,73%        | 3,56%           |
| <b>4.</b>                                                 | <b>Outras Funções</b>                               | <b>1.374.976,30</b> | <b>100,0%</b> | <b>21,54%</b>   |
| 4.1.1.                                                    | Empréstimos                                         | 707.045,18          | 51,42%        | 11,08%          |
| 4.2.                                                      | Transferência entre Administrações                  | 667.931,12          | 48,58%        | 10,46%          |
| 4.3.                                                      | Diversas não especificadas                          | 0,00                | 0,00%         | 0,00%           |
| <b>TOTAIS</b>                                             |                                                     | <b>6.383.003,20</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,00%</b>  |

93



Da análise ao quadro anterior constata-se, na ótica da despesa paga (6.383.003,20), que o final do período em análise a taxa de execução das GOP's foi de 77,27%. No final do ano 2016, o nível de execução foi de 67,04%.

### **1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos**

A execução do PPI demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

### **FUNÇÕES SOCIAIS**

As Funções Sociais assumem este ano a maior percentagem do bolo do PPI com um valor global de 1.604.890,73 euros o que representa 49,62% do total e um acréscimo superior a um milhão de euros face a 2016.

Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para o abastecimento de água (1.281.102,39€) e os saneamentos (146.530,82€), na remodelação das redes de água e saneamento da zona antiga Bemposta e de Peredo de Bemposta e ainda o abastecimento de água a Vale de Porco.

### **FUNÇÕES ECONÓMICAS**

As funções económicas, foram este ano relegadas para segundo em termos de valores globais com um total de investimento de 1.170.415,50 euros que corresponde a 36,18% do bolo geral, mas inferior ao ano de 2016 em cerca de quinhentos mil euros. Deste total, destacam-se os 1.111.831,36 euros gastos na rubrica "Transportes Rodoviários", onde as obras de arruamentos do Concelho com 368.385,36 euros e a Repavimentação da Estrada de Valverde a Meirinhos com 256.314,66 euros, absorvem a maior fatia.

### **FUNÇÕES GERAIS**

9.3'

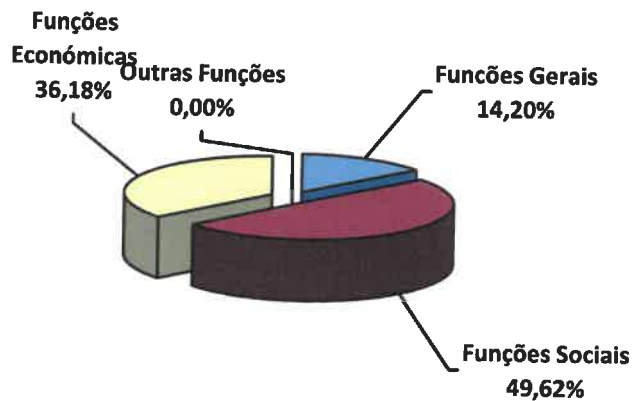


Já o valor pago com as Funções Gerais, muito idêntico ao de 2016, totalizou 459.242,16 euros e que representa 14,20% do total, sendo que a Administração Geral absorveu 403.431,14 euros e a Proteção Civil e luta contra incêndios 55.811,02 euros. Nestas rubricas constam os investimentos efetuados na Casa das Associações (47.554,04€), a aquisição de viaturas (61.767,00€), e ainda no apetrechamento de diversos serviços, incluindo a aquisição de todo o equipamento administrativo, informático e outro necessário ao regular funcionamento da instituição.

Temos ainda que fazer referência ao valor de 99.531,00€, transferido por imposição legal, para o Fundo de Apoio Municipal.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:

#### Repartição Funcional do P.P.I. - 2017



#### 1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

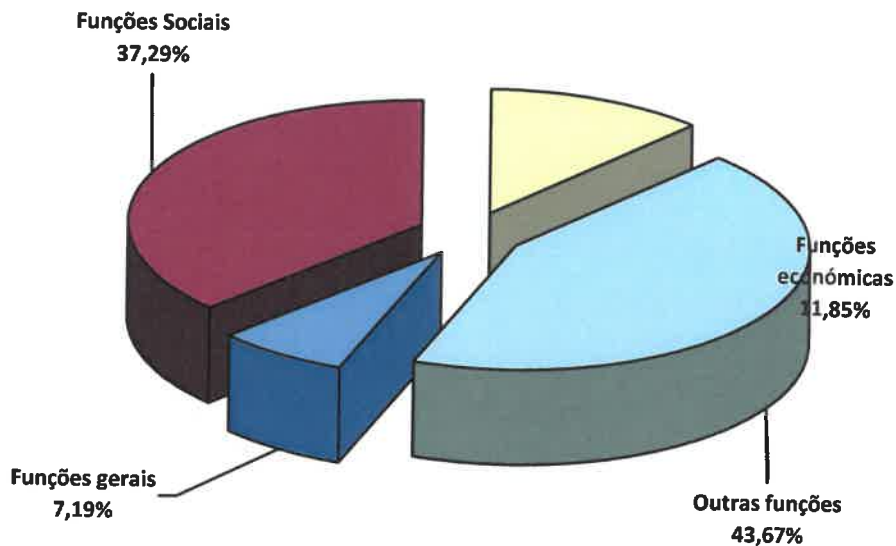
A dotação da despesa prevista em Plano de Atividades Municipais - PAM (dotação inicial), ascendia a 3.424.805,00€, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

*Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas e outras, entretanto, surgidas.*

*As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do PAM fosse no final do ano de 3.540.295,00€, atingindo no final do ano, uma taxa de execução de 88,93% e que corresponde ao valor de 3.148.454,81€, significando portanto que o Município aumentou a execução das atividades mais relevantes em 387.774,89 euros, comparativamente ao ano anterior.*

*O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo do ano de 2017.*

### Repartição funcional do P.A.M - 2017



*Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2017, foi o grupo das "Outras funções", onde se destaca a rúbrica de "operações de dívida*



autárquica" com pagamentos de 707.045,18€ e as "Transferências entre Administrações" no total de 667.931,12€, onde se inserem as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa seguinte:

| <i>Transferência para as Juntas de Freguesia</i>                                |                       |                  |                   |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------|-------------------|
| <i>Entidades</i>                                                                | <i>Transferências</i> |                  |                   |
| <i>Freguesias</i>                                                               | <i>Correntes</i>      | <i>Capital</i>   | <i>Total</i>      |
| <i>Azinhoso</i>                                                                 | <i>21.094,33</i>      |                  | <i>21.094,33</i>  |
| <i>Bemposta</i>                                                                 | <i>36.703,92</i>      |                  | <i>36.703,92</i>  |
| <i>Bruçó</i>                                                                    | <i>10.095,98</i>      |                  | <i>10.095,98</i>  |
| <i>Brunhoso</i>                                                                 | <i>11.439,60</i>      |                  | <i>11.439,60</i>  |
| <i>Castelo Branco</i>                                                           | <i>24.498,60</i>      |                  | <i>24.498,60</i>  |
| <i>Castro Vicente</i>                                                           | <i>21.734,98</i>      |                  | <i>21.734,98</i>  |
| <i>Meirinhos</i>                                                                | <i>15.546,23</i>      | <i>32.434,01</i> | <i>47.980,24</i>  |
| <i>Paradela</i>                                                                 | <i>12.843,19</i>      |                  | <i>12.843,19</i>  |
| <i>Penas Roias</i>                                                              | <i>22.575,92</i>      | <i>18.500,00</i> | <i>41.075,92</i>  |
| <i>Peredo de Bemposta</i>                                                       | <i>13.484,48</i>      |                  | <i>13.484,48</i>  |
| <i>Saldanha</i>                                                                 | <i>17.169,89</i>      | <i>6.000,00</i>  | <i>23.169,89</i>  |
| <i>São Martinho do Peso</i>                                                     | <i>29.764,67</i>      | <i>3.750,00</i>  | <i>33.514,67</i>  |
| <i>Tó</i>                                                                       | <i>9.556,47</i>       |                  | <i>9.556,47</i>   |
| <i>Travanca</i>                                                                 | <i>12.882,88</i>      | <i>1.500,00</i>  | <i>14.382,88</i>  |
| <i>Urrós</i>                                                                    | <i>17.167,89</i>      |                  | <i>17.167,89</i>  |
| <i>Vale da Madre</i>                                                            | <i>8.815,46</i>       |                  | <i>8.815,46</i>   |
| <i>Vila de Ala</i>                                                              | <i>19.572,63</i>      |                  | <i>19.572,63</i>  |
| <i>União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane</i>              | <i>20.533,44</i>      |                  | <i>20.533,44</i>  |
| <i>União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei</i> | <i>40.618,68</i>      |                  | <i>40.618,68</i>  |
| <i>União de Freguesias de Remondes e Soutelo</i>                                | <i>24.438,97</i>      |                  | <i>24.438,97</i>  |
| <i>União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo</i>                 | <i>22.936,57</i>      |                  | <i>22.936,57</i>  |
| <i>Ministério das Finanças</i>                                                  | <i>12.883,54</i>      |                  | <i>12.883,54</i>  |
| <b>TOTAIS</b>                                                                   | <b>426.358,38</b>     | <b>62.184,01</b> | <b>488.542,33</b> |



*De referir o valor de 12.883,54 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos.*

*Em segundo lugar com 1.174.014,91€ e uma taxa de execução de 82,25%, surgem as "Funções Sociais", onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ações sociais a Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 332.106,22€ em relação a 2016.*

*Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos onde se inserem os "resíduos sólidos" relativos á limpeza e recolha de lixo que por si só totalizam 527.093,19€ e correspondem a 44,90% deste agregado, os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" com 365.806,88€ desagregada pelos setores da "Cultura" 266.469,55 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 210.644,05€ e pelo "Desporto, Recreio e Lazer" com 99.337,33€ onde se destacam as despesas pagas como o XV encontro de anciãos no valor de 30.343,86€ e o programa "Red Burros", com 29.887,15 euros gastos. Para a "Ação Social" foram canalizados 262.870,92€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 109.720,67€, e ainda ao apoio á compra de medicamentos e habitação social no valor de 14.950,58€ e 83.905,20€ respetivamente e ainda os 34.038,01€ gastos no Espaço Mais.*

*As "Funções Económicas", com 373.033,86€ surgem em terceiro lugar do total gasto (11,85%) e com uma taxa de execução de 87,58%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 67.418,00€ do grupo "Indústria e Energia" destinados ao apoio á criação de emprego e 305.615,86€ do grupo "Comércio e Turismo", cuja repartição foi feita essencialmente pela promoção*

9.7



da Feira dos Gorazes através da Associação de Comerciantes com a atribuição de 72.000,00 euros, os 95.614,46€ gastos com o festival da Terra Transmontana e os 47.085,85€ para a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor.

As "Funções Gerais" surgem em último lugar com um total de 226.429,74€, o que representa 7,19% do total do Plano das Atividades Municipais. O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 98,02%, foi transferido quase na totalidade aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro (97,79%) para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 109.527,54 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 111.897,20 euros.

## **2. ENDIVIDAMENTO**

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

### Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental. Cada subsetor, no caso a Administração Local, devem contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos





*traçados, em termos de metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira.*

*A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de dívida total de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (n.º 2 do art.º 52.º da referida LFL).*

*Estabelece o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".*

*A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.*

*Também o Orçamento do Estado de 2017, Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro no seu n.º 3 do artigo 74.º, estabelece que no caso de incumprimento, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.*

No entanto, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do n.º 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

Ora, no caso do município de Mogadouro e depois de analisados os dados da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente, os que constam da Ficha do Município no Portal Autárquico, retratamos no quadro seguinte, o limite de endividamento do município para o ano de 2017:

| Receita corrente líquida |             |             |             | Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos | Limite da dívida total |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|------------------------------------------------------|------------------------|
| 2014                     | 2015        | 2016        | Total       |                                                      |                        |
| 11.125.052€              | 11.094.851€ | 11.651.553€ | 33.871.456€ | 11.290.485€                                          | 16.935.727,88€         |

Sendo a capacidade de endividamento de 16.935.727,88€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de Dezembro de 2017, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

| Dívida Total             |                             |                                   |                                              |                 |                         |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------------|-----------------|-------------------------|
| Limite p/ 2017           | Total da dívida a terceiros | Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part. | Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM | Margem Absoluta | Margem utilizável (20%) |
| 16.935.728               | 01 - janeiro - 2017         |                                   |                                              |                 |                         |
|                          | 3.925.172                   | 215.395                           | 3.170.763                                    | 13.764.965      | 2.752.993               |
|                          | 31 - dezembro - 2017        |                                   |                                              |                 |                         |
|                          | 3.200.293                   | 221.840                           | 2.494.580                                    | 14.441.148      | 2.888.230               |
| Variação da dívida total |                             |                                   |                                              |                 | -21,33%                 |

Handwritten signature and initials in blue ink.



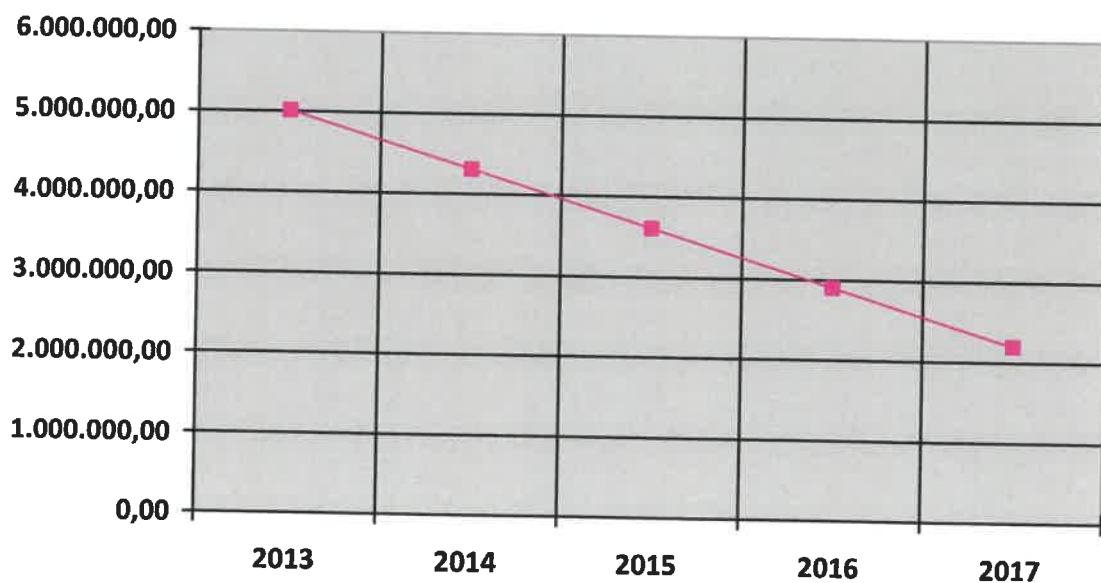
Tendo em conta o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 221.840 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 14.441.148€ (16.935.728 - 2.494.580).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja podemos aumentar a dívida em 2.888.230€ (14.441.148€ x 20%).

Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

| Gerência                       | 2013         | 2014         | 2015         | 2016         | 2017         |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Total Capital em dívida de MLP | 5.013.100,11 | 4.313.593,89 | 3.611.432,67 | 2.906.792,98 | 2.201.153,74 |

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2013 e 2017, foram amortizados 2.811.946,37€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de 56%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.





**Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:**

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascidia, em 1 de janeiro de 2017, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 41.150,76€. A 31 de dezembro de 2017, os mesmos mapas indicam que a dívida era de 55.106,81€. Embora se registre uma ligeira subida, não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos.

Quanto aos pagamentos em atraso (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O prazo médio de pagamentos divulgado pela DGAL, relativo ao último trimestre de 2017, foi de 6 dias, o mesmo registado a 31 de dezembro de 2016.

**3. Despesas com o Pessoal**

As Leis de Orçamento de Estado, dos últimos anos, têm vindo a definir os limites das despesas com o pessoal.

De acordo com informação da DGAL, na ficha do Município relativa ao 4.º trimestre de 2017, o aumento de pessoal ao serviço foi de 0,75%, o que correspondeu o acréscimo de 1 colaborador. O nº de colaboradores a 31 de dezembro de 2017 passou a ser de 134.

**4. Poupança Corrente**

*A poupança corrente cifrou-se em 2.413.504,68€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 126%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".*

*Handwritten signature*



*Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere "a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo".*

| <i>Receita Corrente Cobrada Bruta</i> | <i>Despesa Corrente 2017</i> | <i>Amortização Média de Empréstimos MLP</i> | <i>Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP</i> |
|---------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| 11.676.444,05€                        | 9.262.939,37€                | 685.751,31€                                 | 9.948.690,68€                                                  |

**V - ANÁLISE PATRIMONIAL**

**1. Evolução da Situação Económica e Financeira**

*O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.*

*A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data. Para melhor compreensão destes indicadores, tal exercício deverá ser efetuado em articulação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados. Todas as peças constantes no presente documento foram elaboradas nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, de modo a facultar o conhecimento integral e exato da composição do património, bem como dos direitos e obrigações da autarquia. Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.*



### 1.1. Análise ao Balanço

*O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, espelha a situação patrimonial da Autarquia à data do fecho de contas. Nesse âmbito, e de modo a facilitar análise das três massas patrimoniais que o compõe, nomeadamente o ativo, os fundos próprios e o passivo, apresentam-se de seguida alguns elementos elucidativos, todos eles elaborados com base no balanço sintético do Município. O sistema contabilístico que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos. Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:*

- *Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;*
- *Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;*
- *Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;*
- *Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;*
- *Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento*
- *Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços.*



*Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:*

➤ *Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;*

➤ *Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;*

➤ *Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.*

*Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.*

*O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os ativos,*



os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os ativos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia. Assim temos:

- Um decréscimo de 5,69% do Ativo Total, devido essencialmente à componente Imobilizado que decresceu 5,03%, e o Ativo Circulante 23,17%.

- O Imobilizado composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente e não destinados a venda, representa 96,39% do Ativo, e o ativo Circulante 3,61%;

- No âmbito do Ativo Imobilizado, os Bens de Domínio Público, apresentaram um decréscimo de 9,91% representando 39,9% do total do imobilizado, as Imobilizações Incorpóreas baixaram 106,66% e representam 0,17% do total, tendo-se passado o mesmo com as imobilizações corpóreas que, sendo a maior fatia do Imobilizado com 59,01%, registaram uma variação negativa de 1,52%, e os investimentos financeiros que representam 0,92% do total, uma variação negativa de 0,39%.

- No contexto do Ativo Circulante, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber, de registar que as Existências (0,32% do Ativo) tiveram uma variação positiva de 30,70% enquanto as Disponibilidades que representam 2,99% do total do Ativo, tiveram um decréscimo de 29,41%, os Acréscimos e Diferimentos, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo, com uma diminuição de 42,04%, e as dívidas de terceiros de curto prazo com uma redução de 3,74%;

Passando à análise do Capital Próprio e Passivo, de registar as seguintes variações face a 2016:

#### Capital Próprio:

O passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da autarquia para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados, regista o seguinte:

- A manutenção do peso dos Fundos Próprios (67,83%) face ao Passivo (32,17%);

- Redução em 3,82% nos Resultados Transitados;





- Aumento de 101,20% no Resultado Líquido do Exercício;
- Aumento de 0,03% nos subsídios.

**Passivo:**

- Redução em 32,06% na conta dívida a terceiros de Médio e Longo Prazo e que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadrando-se nesta rubrica, as dívidas resultantes de empréstimos a instituições financeiras;

- Diminuição da Dívida a Terceiros de Curto Prazo em 3,04%, que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano, enquadrando-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores e ainda por força da imposição da DGAL, o reconhecimento do montante de capitalização do FAM), embora o mesmo não releve para o limite da dívida total. No caso do Município de Mogadouro, o montante, a capitalizar durante 7 anos (2015/2021), ascende a 696.718,98€, tendo já decorrido 3 anos.

No global, a evolução patrimonial da Autarquia no ano de 2017 permite-nos concluir que o total do ativo líquido da câmara municipal totaliza 78.623.236,11€ registando portanto um decréscimo de 4.471.585,30€ face ao ano de 2016. A redução resulta do elevado valor das amortizações que no ano em apreço, regista o valor de 6.775.228,62€, ou seja, um valor superior ao investimento realizado durante o ano em análise.

A rubrica de utentes, com 152.146,95€ apresenta um valor ligeiramente inferior ao de 2016 e representa as dívidas resultantes da prestação de serviços de água, saneamento e resíduos e outros serviços para com o Município.

Quanto ao Passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, o valor da dívida a fornecedores é de 53.287,53€ relativa a faturas a pagar, embora 48.582,68 euros estejam ainda para conferência.

Durante o ano 2017 o valor dos empréstimos de Médio Longo Prazo registou um decréscimo de 705.609,24€, que corresponde ao valor pago em amortizações de capital.

Salienta-se o facto de o município apresentar em 31/12/2017, disponibilidades de 2.351.883,00 euros, das quais 1.822.448,93 euros, são operações orçamentais.

**Síntese da Estrutura do Balanço**

| ATIVO                            | 2016                  | %             | 2017                  | %             | Variação      |
|----------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| <b>Imobilizado</b>               | <b>79.601.916,64€</b> | <b>95,80%</b> | <b>75.787.413,78€</b> | <b>96,39%</b> | <b>-5,03%</b> |
| Bens de domínio Público          | 33.238.866,72€        | 40,00%        | 30.240.352,54€        | 38,46%        | -9,915%       |
| Imobilizações Incorpóreas        | 260.531,91€           | 0,31%         | 126.063,85€           | 0,16%         | -106,66%      |
| Imobilizações Corpóreas          | 45.399.308,05€        | 54,64%        | 44.720.537,43€        | 56,88%        | -1,52%        |
| Investimentos Financeiros        | 703.209,96€           | 0,85%         | 700.459,96€           | 0,89%         | -0,39%        |
| <b>Circulante</b>                | <b>3.492.904,77€</b>  | <b>4,20%</b>  | <b>2.835.822,33€</b>  | <b>3,61%</b>  | <b>36,63%</b> |
| Existências                      | 191.188,11€           | 0,23%         | 249.880,07€           | 0,32%         | 30,70%        |
| Dívidas de Terceiros Curto Prazo | 201.454,27€           | 0,24%         | 194.191,55€           | 0,25%         | -3,74%        |
| Disponibilidades                 | 3.043.633,90€         | 3,66%         | 2.351.883,00€         | 2,99%         | -29,41%       |
| Acréscimos e diferimentos        | 56.628,49€            | 0,07%         | 39.867,71€            | 0,05%         | -42,04%       |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>            | <b>83.094.821,41€</b> | <b>100%</b>   | <b>78.623.236,11€</b> | <b>100%</b>   | <b>-5,69%</b> |

| Fundos Próprios e Passivos                 | 2016                  | %             | 2017                  | %             | Variação      |
|--------------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| <b>Fundos Próprios</b>                     | <b>55.270.432,94€</b> | <b>66,51%</b> | <b>53.328.349,42€</b> | <b>67,83%</b> | <b>-3,64%</b> |
| Património                                 | 16.067.419,56€        | 19,34%        | 16.067.419,56€        | 20,44%        | 0             |
| Subsídios                                  | 18.725.379,04€        | 22,53%        | 18.730.194,71€        | 23,82%        | 0,03%         |
| Doações                                    | 300,00€               | 0             | 455,00€               | 0             | 51,67         |
| Resultados Transitados                     | 21.614.997,68€        | 26,01%        | 20.819.248,39€        | 26,48%        | -3,82%        |
| Resultado Líquido do Exercício             | -1.137.663,34€        | -1,37%        | -2.288.968,24€        | -2,91%        | 101,2%        |
| <b>Passivo</b>                             | <b>27.824.388,47€</b> | <b>33,49%</b> | <b>25.294.886,69€</b> | <b>32,17%</b> | <b>-10,0%</b> |
| Dívidas a Terceiros- Médio e Longo Prazo   | 2.906.762,98€         | 3,50%         | 2.201.153,74€         | 2,80%         | -32,06%       |
| Dívidas a Terceiros - Curto Prazo          | 1.018.409,15€         | 1,23%         | 988.375,96€           | 1,26%         | -3,04%        |
| Acréscimos e diferimentos                  | 23.899.216,34€        | 28,76%        | 22.105.356,99€        | 28,11%        | -8,12%        |
| <b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b> | <b>83.094.821,41€</b> | <b>100%</b>   | <b>78.623.236,11€</b> | <b>100%</b>   | <b>-5,69%</b> |



## 1.2. Análise à Demonstração de Resultados:

*A Análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.*

*Pela diferença entre as rubricas de proveitos e as rubricas de custos que ocorreram ao longo do exercício de 2017, apura-se o resultado do exercício (Proveitos - Custos = Resultados), sendo ainda possível obter resultados em função da sua natureza, sejam eles operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.*

*Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que, face ao ano transato, se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas em 311.041,90 euros que corresponde a 1,95%, significando que o Município suportou mais custos com a sua atividade normal.*

*Em contraponto, os Proveitos e Ganhos apresentam uma diminuição, de 840.263,29 euros, face a 2016 o que corresponde a uma variação negativa de 6,03%.*

*O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se no valor negativo de 2.288.968,24€, menos 101,20% do que o registado em 2016.*

*Apresenta-se, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada Conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.*

**Síntese da Demonstração de Resultados**

| Custos e Perdas                                           | 2016                  | %           | 2017                  | %           | Varição        |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------------|
| Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | 435.948,51€           | 2,74%       | 442.650,08€           | 2,73%       | 1,54%          |
| Fornecimentos e Serviços Externos                         | 4.360.988,75€         | 27,41%      | 4.529.926,40€         | 27,92%      | 3,87%          |
| Custos com Pessoal                                        | 2.663.516,14€         | 16,74%      | 2.650.398,32€         | 16,34%      | -0,49%         |
| Transferências e Subsídios Correntes                      | 1.257.635,82€         | 7,91%       | 1.248.286,22€         | 7,69%       | -0,75%         |
| Amortizações do exercício                                 | 6.863.233,11€         | 43,13%      | 6.775.228,62€         | 41,76%      | -1,30%         |
| Provisões do exercício                                    | 0                     |             | 0                     |             |                |
| Outros custos operacionais                                | 62.013,80€            | 0,39%       | 62.744,31€            | 0,39%       | 1,18%          |
| Custos e Perdas Financeiras                               | 8.899,94€             | 0,05%       | 4.356,88€             | 0,03%       | -104,27%       |
| Custos e Perdas Extraordinárias                           | 259.773,48€           | 1,63%       | 509.460,62€           | 3,14%       | 96,12%         |
| <b>Total de Custos e Perdas</b>                           | <b>15.912.009,55€</b> | <b>100%</b> | <b>16.223.051,45€</b> | <b>100%</b> | <b>1,95%</b>   |
| <b>Resultado Líquido Exercício</b>                        | <b>-1.137.663,34€</b> |             | <b>-2.288.968,24€</b> |             | <b>-101,2%</b> |
|                                                           | <b>14.774.346,21€</b> |             | <b>13.934.083,21€</b> |             | <b>-6,03%</b>  |

| Proveitos e Ganhos                 | 2016                  | %           | 2017                  | %           | Varição       |
|------------------------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|---------------|
| Prestações de Serviços             | 1.020.391,69€         | 6,91%       | 1.014.045,31€         | 7,28%       | -0,63%        |
| Impostos e Taxas                   | 1.222.966,62€         | 8,28%       | 941.587,54€           | 6,76%       | -29,88%       |
| Trabalhos para a própria entidade  | 0                     | 0           | 0                     | 0           | 0             |
| Proveitos Suplementares            | 0                     | 0           | 9.034,49              | 0,06        | 0             |
| Transferências e subsídios obtidos | 9.354.257,73€         | 63,31%      | 9.552.161,41€         | 68,55%      | 2,12%         |
| Proveitos e Ganhos Financeiros     | 789.331,61€           | 5,34%       | 696.279,66€           | 5,00%       | -13,36%       |
| Proveitos Extraordinários          | 2.387.398,56€         | 16,16%      | 1.720.974,80€         | 12,35%      | -38,72%       |
| <b>Total Proveitos e Ganhos</b>    | <b>14.774.346,21€</b> | <b>100%</b> | <b>13.934.083,21€</b> | <b>100%</b> | <b>-6,03%</b> |

*Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram superiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um Resultado Líquido do Exercício negativo, como já foi dito.*



*Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de "Custos e Perdas", quer ao nível do "Proveitos e Ganhos".*

*Ao nível dos "Custos e Perdas", de registar o aumento de 1,54% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" dos, "Fornecimentos e Serviços Externos" em 3,87%, dos "Outros Custos Operacionais" com 1,18% e principalmente dos "Custos e Perdas Extraordinárias" em 96,12% em contrapartida do aumento das "Transferências, Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais" de 0,75% e dos "Custos e Perdas Financeiras" em 104,27% embora com valores reduzidos. Os "Custos com o Pessoal" mantêm-se praticamente iguais (-0,49%).*

*As "Amortizações do Exercício" com 41,76%, contribuem com a maior fatia dos "Custos e Perdas", seguindo-se em ordem de importância os "Fornecimentos e serviços externos" com 27,92% e os "Custos com Pessoal" com 16,34%.*

*Quanto aos "Proveitos e Ganhos", de registar que à exceção das "Transferências e subsídios obtidos" que cresceram 2,12%, todos os outros itens tiveram variações negativas, principalmente os "Proveitos Extraordinários" com uma quebra de 38,72% e os "Impostos e Taxas" em 29,8%. Também os "Proveitos e Ganhos Financeiros" tiveram uma redução de 13,36% e as "Prestações de Serviços" de 0,63%.*

*Repartidos os "Custos e Perdas", por Operacionais, Financeiros e Extraordinários, os primeiros representam 96,83% dos custos e perdas incorridos em 2017, seguindo-se os Custos e Perdas Financeiros, que representaram apenas 0,03% e os Custos e Perdas Extraordinários com 3,14%.*



Quanto aos "Proveitos e Ganhos", constata-se que os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram 82,65% do total, cabendo aos Proveitos e Ganhos Financeiros 5% e aos Proveitos Extraordinários os restantes 12,35%.

Agrupados e classificados por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais se dividem da seguinte forma:

**Operacionais:** obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;

**Financeiros:** obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;

**Correntes:** obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);

**Extraordinários:** obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;

**Líquidos:** obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.

No ano 2017 o município apresentou resultados operacionais negativos no valor de 4.192.405,20 € ou seja mais 146.685,11€ que em 2016.

Ao contrário, os resultados financeiros, foram positivos em 691.922,78€ e os extraordinários em 1.211.514,18 euros.



## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

*Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo do Município mediante proposta do órgão executivo.*

*O mesmo ponto determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.*

*Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 2.288.968,24€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.*